AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

PROGNÓSTICO — SAFRA 81/82

VOL. 5 – Nº 9 SETEMBRO DE 1981

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

DR-RIO

BRASIL CORREIO

PERIÓDICO

ESCOLA ADM. EMPRESAS - SP
BIBLIOTECA KARL BUEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10. AND
01313 SAO PAULO SP
E066

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Feijão; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Benjamin Grosskopf
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – ,n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOSDECKEI
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Avicultura 3

Cacau 9

Café 14

Cana-de-Açúcar 22

Carne 29

Laranja 35

Leite 40

Suinocultura 44

NOTA DA EDIÇÃO

Este número de **"Agroanalysis"** *analisa dois segmentos importantes da produção agropecuária brasileira: o das principais culturas perenes de exportação e o da atividade criatória voltada para a produção de leite e carne.*

Os cultivos de cana-de-açúcar, cacau, café e laranja foram, nos últimos anos, objeto de um grande esforço de produção, caracterizado, sobretudo, por investimentos maciços destinados a expandir a área plantada. Na maioria dos casos, esse esforço resultou de fortes incentivos governamentais embutidos em programas administrados pelas autarquias competentes. Por razões fortuitas, algumas vezes, por motivos perfeitamente previsíveis, em outras, esse esforço nem sempre foi devidamente recompensado pelo mercado.

Para as culturas predominantemente de exportação, é a evolução da cotação internacional que determina o retorno financeiro dos investimentos feitos pelo produtor e a rentabilidade social dos incentivos concedidos pelo governo. A cotação internacional, por seu lado, depende de fatores que fogem ao controle das autoridades brasileiras, mas que podem ser objeto de previsão: comportamento da demanda mundial, evolução da produção nos demais países produtores, expansão do consumo de sucedâneos, etc. É na avaliação correta desses fatores, sobretudo, que repousa o êxito de qualquer programa de estímulo à produção de culturas perenes tipicamente de exportação.

Essas considerações fazem-se necessárias, tendo em vista que parece existir, no país, uma tendência, da qual não escapa a atividade agrícola, à implementação de programas excessivamente ambiciosos. Sendo assim, o leitor mais atento poderá perceber que, unindo as análises sobre cana-de-açúcar, cacau, café e laranja, existe um certo fio condutor que consiste, de um lado, no testemunho do enorme potencial agrícola do país, capaz de aumentar, com surpreendente rapidez, a produção de algumas culturas perenes e, de outro, na constatação de que esse esforço nem sempre obtém a merecida recompensa financeira por falta de um planejamento mais eficiente.

O elo que une o texto sobre pecuária leiteira às análises relativas ao mercado de carnes (bovina, suína e avícola), por sua vez, é de outra natureza. Excetuando a avicultura, a atividade criatória brasileira ainda se ressente de níveis de produtividade extremamente baixos, em razão da insuficiência crônica de investimentos no setor. Essa baixa produtividade acaba resultando num círculo vicioso, que a política de preços do governo encontra dificuldades em romper, já que o preço atraente para o produtor representa um ônus insuportável para o consumidor e vice-versa.

Esse é o caso, notadamente, da produção de leite, cujos períodos de expansão da oferta coincidem, quase que invariavelmente, com uma redução nos níveis de consumo da população. Nessas circunstâncias, não há solução que não implique, de imediato, um certo custo social. Esse custo pode assumir a forma de subsídio ao consumo ou de concessão aos produtores, durante um certo tempo, de crédito, em condições privilegiadas, para que eles possam realizar investimentos necessários ao aumento da produtividade.

A médio prazo, parece claro que a única estratégia que pode conduzir a resultados satisfatórios é a que consiste em garantir a obtenção de ganhos de produtividade que permitam conciliar, no futuro, a justa remuneração do produtor com a capacidade de compra do consumidor. Para esse efeito, é fundamental assegurar, ao produtor, uma remuneração estável e adequada ao longo do tempo, como forma de estimular o investimento no setor. A experiência passada mostra que as flutuações da política de preços para a pecuária de corte e de leite têm, a médio prazo, um custo muito alto em termos de redução da taxa de crescimento desses setores.

AVICULTURA

AO QUE TUDO INDICA, O CRESCIMENTO DA AVICULTURA BRASILEIRA, EM 1982, APRESENTAR-SE-Á MUITO MAIS DISCRETO DO QUE SUA EXPANSÃO MÉDIA NOS ANOS 70 (19% a.a.). A EXPANSÃO DO MERCADO CONSUMIDOR DEPENDERÁ, CADA VEZ MAIS, DO APRIMORAMENTO TÉCNICO-ECONÔMICO DO SETOR, COM A FINALIDADE DE REDUZIR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO.

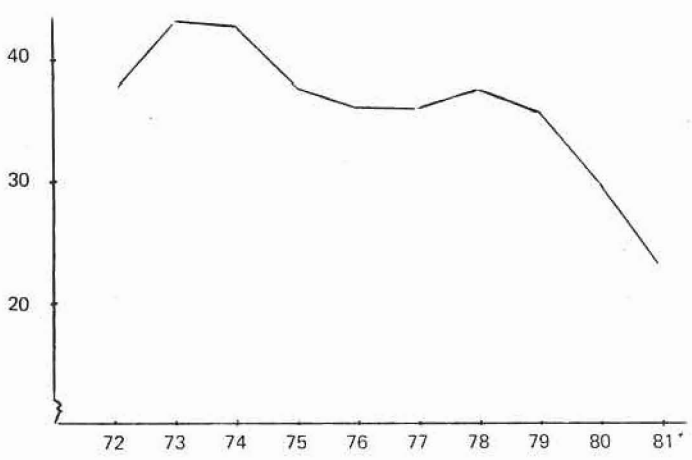
Atividade econômica de elevado crescimento na década passada, a avicultura, já em 1980, começou a sentir-se pressionada em duas frentes: a do custo de produção e a da retração de consumo. Assim, a escassez de milho, no ano passado, atuou fortemente como um dos maiores entraves à expansão dos lucros dos avicultores, que fecharam o ano com uma média anual da relação de preços de frango e ração (no caso do estado de São Paulo) 23% inferior à média verificada entre 1972 e 1979 (ver Gráfico 1).

A retração do consumo, por sua vez, teve origem, basicamente, na queda do poder de compra da população. Isto porque, embora a quantidade de carne de aves adquirida, em 1980, no varejo da cidade de São Paulo, pelo salário mínimo médio mensal tenha atingido 61,9 kg (cifra 9% superior à verificada no quadriênio 1976/79), o consumo interno deste produto revelou aumento de somente 2% em relação ao de 1979 (ver Quadro 1), contra evoluções anuais anteriores desde o início da década de 70 nunca inferiores a 3,2%.

Contudo, mesmo com lucros decrescentes, a avicultura começou 1981 com uma expectativa de crescimento da ordem de 25%, ou seja, uma produ-

GRÁFICO 1

*SÃO PAULO: Preços Relativos Frango/Ração – 1972 a 1981 **



FONTE: IEA.
* janeiro a julho.

ção em torno de 1,5 milhão de t de carne de aves. Reinava, ainda, a confiança em uma recuperação do consumo, respaldada, também, no crescimento de 57,6% das exportações brasileiras de frango congelado, previsto para o período 1980/81, o que possibilitaria a colocação de 260 mil t do produto no mercado externo até o final deste ano. Além do mais, o elevado montante de investimentos efetuados nesta atividade agroindustrial, nos últimos anos, permaneceu como fonte de estímulo e confiança no desempenho do setor. A respeito, o Quadro 2 mostra o desenvolvimento dos financiamentos governamentais à avicultura que, inexistentes até 1973, adquiriram firme posição dentro do setor agropecuário, a partir do ano seguinte.

No entanto, às portas do segundo semestre de 1981, a avicultura brasileira reposicionou-se dentro de uma perspectiva mais realista do quadro geral do mercado de carnes. Seu crescimento foi recalculado, com base no desenrolar dos seis primeiros meses do ano, período difícil, em que pese a colheita da safra de milho no Centro-Sul do país ter garantido o abastecimento deste insumo, que o setor avícola, no final do ano passado, temia voltar a ser crítico no corrente ano.

Isto porque, conforme previsto em **Agroanalysis** (vol. 4, nº 4), a disputa pelo mercado de carne entre os diversos setores envolvidos acirrou-se, em 1981, devido à desaceleração gradual do crescimento dos preços reais recebidos pela arroba do boi gordo, com reflexos ainda que parciais no mercado varejista da carne bovina, e provocou influências imediatas sobre os setores de carnes substitutas, especialmente o de frango de corte. Os Gráficos 2 e 3 mostram como, a partir de 1979, vêm caindo os índices de preços reais recebidos pelos avicultores, paralelamente ao movimento verificado no mercado de bovinos. Se, durante o primeiro semestre deste ano, a queda deste indicador, para a avicultura, foi mais suave do que a verificada nas cotações do boi gordo (4,6% contra 29%), tal fato deve ser creditado unicamente à maior agilidade, em termos de redução ou aumento da produção, que apresenta o setor produtor de frangos, devido ao curto ciclo vital da ave.

QUADRO 1

BRASIL — Produção de Carne de Aves, Exportação de Frangos Congelados e Disponibilidade para Consumo Interno — 1970 a 1981 (em toneladas)*

Ano	Produção	Exportação	Disponibilidade	Δ %
1970	217.000	–	217.000	–
1971	224.000	–	224.000	3,2
1972	294.000	–	294.000	31,3
1973	401.000	–	401.000	36,4
1974	484.000	–	484.000	20,7
1975	519.000	3.469	515.531	6,5
1976	604.000	19.636	584.364	13,4
1977	698.000	32.829	665.171	13,8
1978	858.000	50.805	807.195	21,4
1979	1.096.000	81.096	1.014.904	25,7
1980	1.200.000	165.000	1.035.000	2,0
1981*	1.310.000/1.320.000	260.000	1.050.000/1.060.000	1,5/2,4

* Previsão.
FONTES: UBA, USDA.

Desta feita, o setor avícola pôde rapidamente posicionar-se de forma a tentar minimizar os prejuízos de uma conjuntura adversa, o que pode ser visualizado através da contraposição dos dados de alojamento de matrizes à produção real de pintos de corte. Isto não impediu, porém, que, no primeiro semestre deste ano, perto de 60% dos produtores independentes de frango de corte no estado de São Paulo abandonassem a atividade.

Conforme informações da Apinco (Associação de Produtores de Pinto de Corte), o levantamento das vendas de matrizes, realizado pela UBA (União Brasileira de Avicultura), levava a crer que a produção total de pintos de corte no primeiro semestre deste ano viria a ser de 695,5 milhões de cabeças, 47,4% superior à venda de pintos havida no primeiro semestre de 1980. No entanto, recente levantamento daquele órgão mostra que a venda real de pintos de corte nos seis primeiros meses deste ano situou-se em torno de 507,5 milhões de cabeças, ou seja, 27% abaixo do inicialmente esperado.

Da mesma forma, segundo a Apinco, a tonelagem de frangos abatidos no primeiro semestre, projetada, com base na venda de matrizes, em 848,6 mil t, está reavaliada para 632,5 mil t, de acordo com os dados do consumo de rações e das vendas de pintos. Ou seja, o novo cálculo de produção é 25,5% inferior ao inicialmente considerado, deixando claro que os avicultores estão adequando seu potencial produtivo às sinalizações recentes do mercado de carnes.

De fato, não só encontra-se, hoje, totalmente descartada a hipótese de o crescimento da avicultura brasileira vir a ser da ordem de 25%, como também

QUADRO 2

BRASIL — AVICULTURA — Evolução da Participação dos Financiamentos de Custeio, Investimento, Comercialização, e para Insumos Subsidiáveis Concedidos a Produtores e Cooperativas sobre o Total Direcionado às Atividades Pecuárias em Geral — 1974 a 1980
(em %)

Ano	Custeio	Investimento	Comercialização	Insumos
		Número de Contratos		
1974	17,0	1,0	1,0	13,0
1975	9,0	1,0	4,0	20,0
1976	12,1	1,0	4,0	17,7
1977	10,0	0,8	4,5	16,8
1978	10,4	0,7	3,7	18,3
1979	11,2	0,9	3,2	18,3
1980	5,6	1,2	3,5	17,8
		Valor dos Contratos		
1974	24,0	1,0	1,0	44,0
1975	14,0	1,0	6,0	36,0
1976	24,3	0,6	7,5	30,0
1977	24,4	1,0	7,4	43,4
1978	25,0	0,7	7,0	46,4
1979	24,7	0,9	7,6	44,8
1980	13,1	1,4	8,4	49,5

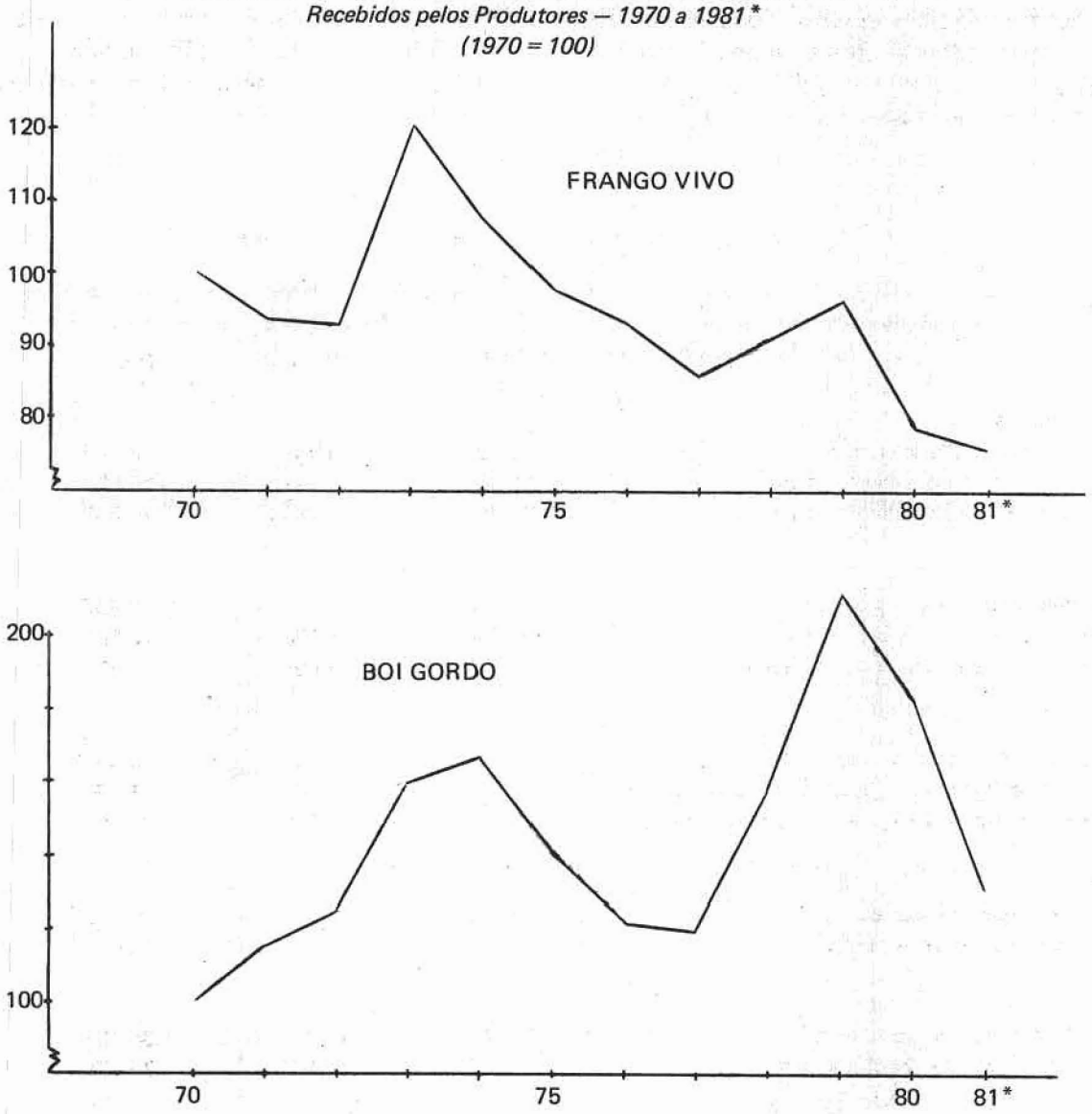
FONTE: Banco Central.

já se notam traços mais definidos de uma paulatina adequação do mercado produtor às normas ditas "modernas" de organização (entendendo-se como tal o processo de integração a grandes grupos industriais). Desta forma, crises como a que ora atravessa a avicultura brasileira são decisivas, no sentido de eliminar os pequenos criadores independentes, e de fortalecer os grandes grupos integrados de produtores. Não é de se estranhar, portanto, o ocorrido, no primeiro semestre de 1981, em São Paulo e Santa Catarina: enquanto aquele estado produziu 36,8% menos pintos de corte do que o seu potencial de produção, Santa Catarina (onde a integração na avicultura assume grandes proporções) demonstrou um aproveitamento de suas matrizes alojadas em 1980 muito superior ao esperado, o que significou a produção de 82,7 milhões de pintos naquele semestre.

A situação atual do mercado de carnes, origi-

GRÁFICO 2

*SÃO PAULO — Frango Vivo e Boi Gordo — Índice de Preços Reais Recebidos pelos Produtores — 1970 a 1981 * (1970 = 100)*



FONTE: IEA.
* 1º semestre.

nada, basicamente, da erosão do poder de compra dos consumidores e da maior oferta de carne bovina, tornou, desta forma, imprescindível uma reavaliação, para menos, da perspectiva de crescimento do setor, que deverá situar-se entre 9 e 10%, significando uma produção levemente superior a 1,3 milhão de t, 20% das quais destinadas ao mercado externo.

A este respeito, os dados expostos no Quadro 1 deixam claro que as exportações de frangos congelados vêm-se tornando, a cada ano que passa, mais importantes para a manutenção do crescimento do setor avícola, devido à sua capacidade de compensar as oscilações do mercado interno. Todavia, também o setor exportador está atravessando dificuldades já conhecidas, uma vez que dizem respeito à concorrência dos produtos europeu e norte-americano. Esta, ocasionalmente, torna gravosas as vendas brasileiras, em um mercado cada vez mais ofertante. Com relação a isto, vale lembrar não apenas que, de janeiro a junho deste ano, a produção de pintos de corte da França (o maior competidor do Brasil no mercado do Oriente Médio) elevou-se 20% em comparação com idêntico período de 1980, como, também, que o crescimento da avicultura na CEE, este ano, deverá aproximar-se de 8%. Tal previsão, aliada à expectativa de um crescimento apenas módico do consumo interno de carne de aves na Comunidade, leva a crer que, este ano, 500 mil t deste produto estarão disponíveis para exportação, 60% acima da disponibilidade de 1980. O Quadro 3 mostra as perspectivas de vendas externas

QUADRO 3

CEE e EUA — Exportações de Carne de Aves — 1979 a 1981
(em toneladas)

País	1979	1980	1981	Δ % 81/80
Alemanha Ocidental				
Exportações totais, janeiro a maio	13.125	15.957	18.248	14,4
Exportações de frangos, janeiro a maio	10.482	13.272	15.693	18,2
Exportações de frangos para outros países*	10.441	13.194	15.205	15,2
Holanda				
Exportações totais, janeiro a maio	90.473	88.322	108.986	23,4
Exportações de frangos, janeiro a maio	60.388	56.190	72.583	29,2
Exportações de frangos para outros países*	6.360	4.608	24.634	434,6
França				
Exportações totais, janeiro a abril	55.265	74.104	99.648	34,5
Exportações de frangos e outras aves, janeiro a abril	51.360	67.984	91.380	34,4
Exportações de frangos e outras aves para outros países*	47.912	64.789	88.250	36,2
Dinamarca				
Exportações totais, janeiro a abril	18.859	20.064	19.500	- 2,8
Exportações para terceiros países*	10.436	12.934	13.080	1,1
EUA				
Exportações totais, janeiro a março	50.902	60.719	84.087	38,5
Exportações de frangos, janeiro a março	43.648	48.457	75.875	56,6

*Exceto países da CEE e EUA.
FONTE: Agra-Europe.

dos maiores exportadores europeus e dos EUA para 1981, ou seja, o acirramento da competição mundial pelos mercados importadores do produto (basicamente o Oriente Médio) e, no Quadro 4, encontra-se a evolução das exportações de carne de aves da França, nos primeiros cinco meses dos últimos três anos.

Ao que tudo indica, em 1982, o crescimento do setor avícola, no país, apresentar-se-á muito mais discreto do que sua expansão média na década de 70 (19% a.a.). Na verdade, há fortes indícios de que, a partir do ano que vem, já se tenha um começo de resposta à questão, colocada em **Agroanalysis** vol. 4 nº 4, quanto à existência de um ponto de equilíbrio entre a produção brasileira de carnes de aves e bovina, à semelhança do que ocorre nos EUA. Isto porque, no período 1974/77, em que se verificou uma baixa dos preços do mercado de bovinos, a não interrupção do crescimento da avicultura brasileira impediu a mensuração exata do impacto da baixa do preço real da carne bovina. Já desta feita, porém, a recessão da economia e o próprio amadurecimento do setor avícola que, este ano, responderá por cerca de 30% da produção brasileira de todas as carnes (excluindo o pescado) representam um limite mais sério à expansão da produção de carne avícola.

A expansão do setor avícola, embora em processo de arrefecimento, ainda assim, deverá manter um ritmo não muito diferente do intervalo de 8 a 10%, em função da magnitude da capacidade instalada, especialmente levando-se em consideração a maior disponibilidade de milho prevista para o ano-safra 1981/82. Concomitantemente, as exportações brasileiras certamente continuarão a se expandir, a despeito da concorrência internacional, garantindo a venda de boa parte da produção.

Não resta dúvida, porém, que, para a consecução deste crescimento, a busca de novos mercados terá que ocorrer, o que poderá acontecer mediante a intensificação de campanhas promocionais e uma diversificação dos produtos ofertados. Afinal, a carne avícola conta com a vantagem de preços relativamente favoráveis ao consumidor, fator de extrema importância numa conjuntura inflacionária.

QUADRO 4

FRANÇA: Exportação de Carne de Aves — Janeiro a Maio de 1979, 1980 e 1981 (t)

	1979	1980	1981	Δ % 1980/81
Total das carnes de aves	70.887	88.467	124.836	41,1
Frangos e galinhas	65.760	80.565	114.748	42,4
Destinação da carne de frangos e galinhas:				
Alemanha Ocidental	2.231	1.696	1.433	- 15,5
Bélgica/Luxemburgo	1.556	1.648	1.653	0,3
Total CEE	4.099	4.097	4.106	- 0,2
URSS	13.249	11.237	34.842	210,1
Arábia Saudita	16.923	28.014	33.746	20,5
Irã	—	—	9.414	—
Iêmen do Norte	15.034	14.730	11.956	- 18,8
Kuwait	1.024	1.914	2.346	22,6
Total excluindo a CEE	61.661	76.468	110.642	44,7

FONTE: Agra-Europe.

CACAU

SE O BRASIL CONSEGUIR EXPORTAR 120 MIL T DE CACAU, NESTE SEMESTRE, ALCANÇARÁ UMA RECEITA DE US$ 600 MILHÕES COM AS EXPORTAÇÕES DO PRODUTO, EM 1981. COMO AS COTAÇÕES INTERNACIONAIS DEVERÃO FICAR ENTRE US$ 2.200 E US$ 2.400/t A OBTENÇÃO DAQUELA CIFRA É BASTANTE PLAUSÍVEL. CONTUDO, A CONJUNTURA DO MERCADO INTERNACIONAL É BAIXISTA, MESMO COM A PRÓXIMA ENTRADA EM OPERAÇÃO DO ESTOQUE REGULADOR DO AIC, EM 1º/10/81.

As exportações brasileiras de cacau, em 1981, não têm apresentado um bom desempenho. No primeiro semestre do ano, a receita cambial obtida (US$ 237,2 milhões) declinou 10,5% em relação ao montante de divisas arrecadado no mesmo período de 1980 (US$ 265,1 milhões). A quantidade exportada de cacau e derivados, ao contrário, revelou um aumento da ordem de 22%. No primeiro semestre de 1981, foram vendidas ao exterior 102,5 mil t de cacau e derivados, contra 83,6 mil t no período correspondente de 1980. Os números acima apresentados refletem, evidentemente, o agravamento da situação deste produto no mercado internacional. Vale notar que os preços internacionais, em termos reais, apresentam tendência baixista desde meados de 1977 e o estoque final mundial cresce, a cada ano, também desde 1977 (ver Quadro 1).

O comportamento do valor das vendas é, de fato, preocupante. Desde 1979, quando foi obtida a receita recorde de US$ 953 milhões, este agregado vem sofrendo quedas sucessivas. O valor arrecadado no primeiro semestre de 1981, quando comparado ao verificado no período correspondente de 1979, mostra-se 30% inferior, em termos nominais. Esta redução decorre basicamente da queda do valor médio da tonelada de amêndoa exportada, que se reduziu mais de 50%, no período.

Os resultados do primeiro semestre do ano tornam bastante improvável que se obtenha, mesmo em termos nominais, uma receita igual à alcançada em 1980 (US$ 713 milhões). As previsões mais otimistas apontam valores entre US$ 650 e US$ 700 milhões, sempre ressalvando que este intervalo só será viável caso os preços internacionais continuem a se recuperar durante os últimos seis meses do ano, impulsionados pela implementação do acordo internacional. A situação, do ponto de vista do Brasil, é particularmente singular: o valor das vendas externas vem declinando sucessivamente, embora a quantidade exportada aumente ano a ano; mesmo assim, mantém-se o Procacau, programa que objetiva reconduzir o país à posição de primeiro produtor mundial.

Naturalmente, a tendência declinante dos preços internacionais vem resultando em uma remuneração também em queda para o produtor brasileiro. O preço recebido vem caindo, em termos reais, ao longo do ano, seguindo a tendência iniciada em 1977. O preço interno, hoje, é inferior,

QUADRO 1

CACAU – Evolução da Produção, do Consumo e dos Estoques Mundiais 1971/72-1980/81 (1.000 t)

	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Estoque Inicial	569	621	400	330	434	415	320	439	481	633*
Produção	1.567	1.383	1.434	1.532	1.495	1.326	1.488	1.466	1.610 *	1.616*
Consumo	1.515	1.604	1.504	1.428	1.514	1.421	1.369	1.424	1.458*	1.541*
Estoques no final do período	621	400	330	434	415	320	439	481	633*	708*
% do estoque final em relação ao consumo do ano seguinte	39	27	23	29	29	23	31	33	41	47

NOTA: Moagens no período 1981/82 estimadas em 1,5 milhão de t.
* Estimativa.
FONTE: Gill & Duffus – Cocoa Market Report.

ainda em termos reais, até mesmo ao valor observado em 1976, quando a cotação situou-se em Cr$ 2.834/arroba (ver Gráfico 1). Em conseqüência, os tratos culturais estão sendo negligenciados. No entanto, a produção nacional não vem caindo proporcionalmente, em razão da entrada em produção de novas áreas de cultivo e da própria característica da lavoura, cuja produtividade não sofre reflexos negativos imediatos da redução dos tratos culturais. Em outras palavras, considerando-se um período de tempo relativamente pequeno, o nível de produção de determinada área cai menos do que proporcionalmente à economia que o produtor pode fazer dispensando determinados tratos não essenciais.

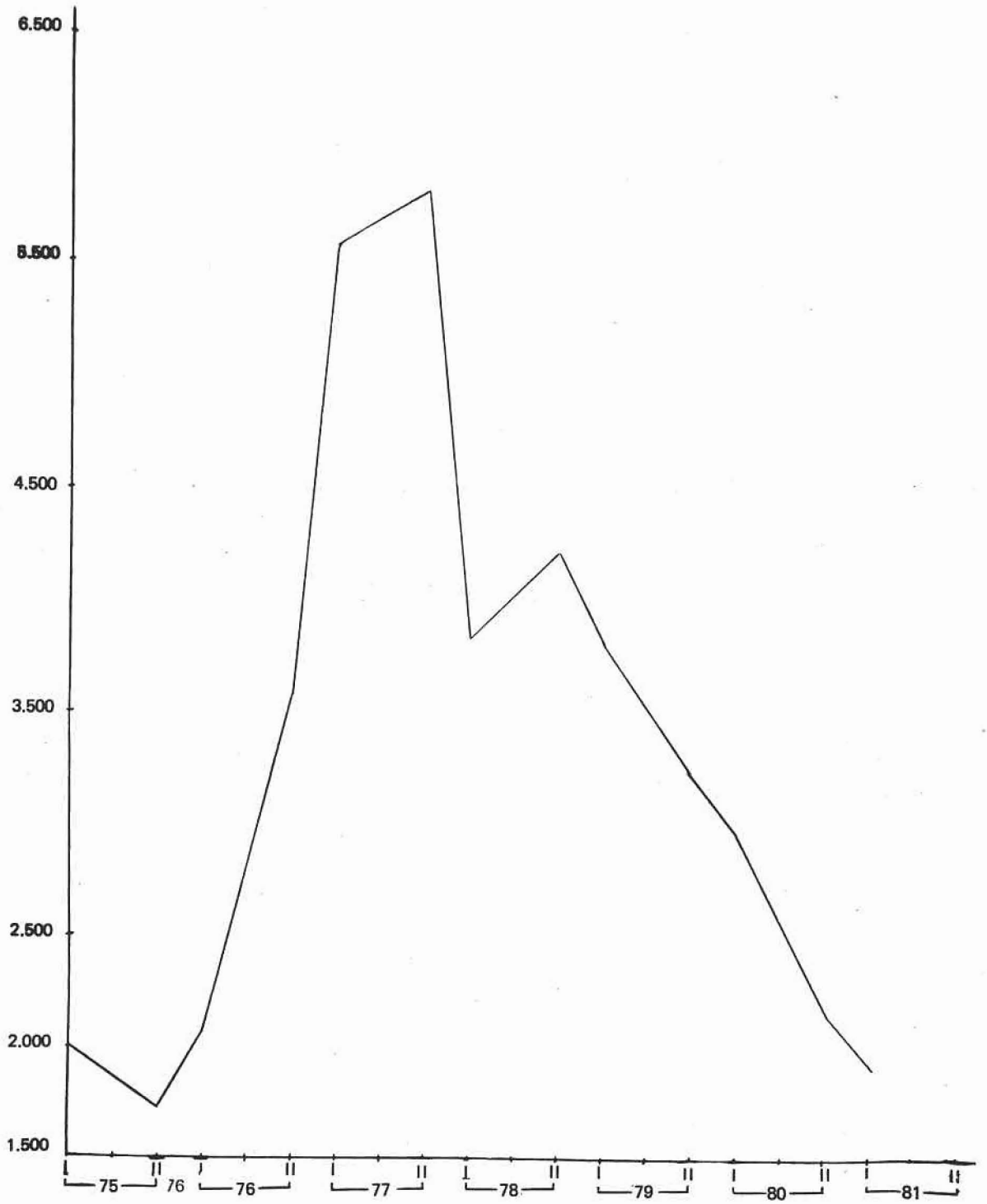
Segundo previsão de *Gill and Duffus*, a safra principal da Bahia, em 1980/81 (outubro-abril), situou-se em 2,658 milhões de sacos de 60 kg (ou 159,5 mil t) apresentando um aumento, em relação ao período anterior, de aproximadamente 400 mil sacos. A produção brasileira do período está estimada em 334 mil t, contra 294 mil t no período anterior. Em relação à safra temporã baiana (maio/setembro) que, considerando o ano comercial brasileiro, já integra a estação 1981/82, as informações dão conta de que as chuvas excessivas, verificadas em março, prejudicarão a colheita, no tocante à qualidade do produto, principalmente. A produção desta safra está agora estimada em 2,55 milhões de sacas, também segundo *Gill and Duffus*.

A tendência de crescimento da produção também se verifica, em nível mundial. O excedente previsto para o ano internacional 1980/81 está avaliado em 75 mil t, pois a produção deverá situar-se em 1,616 milhão de t (mais 6 mil t do que no período anterior) e o total de moagens em 1,541 (contra 1,458 milhão de t em 1979/80), elevando o estoque final previsto para 1980/81 para 708 mil t (ver Quadro 1).

Tendo em vista o quadro estatístico descrito acima, a persistente tendência baixista ocorrida no período 1980/81 não deve surpreender. No Gráfico 2, estão relacionadas as médias mensais dos preços de fechamento do primeiro futuro do cacau cotado em Nova Iorque. A recuperação verificada nos últimos meses do período derivou do bom andamento das negociações entre os países membros da Organização Internacional do Cacau, com vistas à efetivação do Acordo. No entanto, os fundamen-

GRÁFICO 1

CACAU – Preços Médios Semestrais recebidos pelos Produtores Baianos
Valores Reais (julho/81)



FONTE: Conjuntura Econômica.

tos do mercado permanecem baixistas, embora as cotações venham encontrando alguma base de sustentação, a partir das notícias relativas ao início de operação do estoque regulador, a partir de 1º/10/81.

A questão principal que se coloca, atualmente, parece ser, portanto, a de dimensionar os possíveis efeitos de sustentação que o início das operações do estoque regulador emprestará ao mercado. Em outras palavras, em que medida e, por quanto tempo, as compras do estoque regulador conseguirão neutralizar os efeitos baixistas decorrentes do excesso de oferta no mercado internacional do cacau.

Inicialmente, cabe avaliar, ainda que de forma preliminar, o peso da pressão baixista resultante do quadro de excedente de produção e, por outro lado, a perspectiva de funcionamento efetivo do acordo e suas regras de intervenção.

O quadro estatístico é, sem dúvida, fortemente baixista. A diferença entre produção e moagens, estimada para 1980/81 (75 mil t), eleva para 388 mil t o excedente acumulado nos últimos quatro períodos, durante os quais a produção excedeu a procura. Além disso, o estoque final previsto para 1980/81 é de 708 mil t, o que representa cerca de 46% do consumo mundial. Esta relação só foi atingida em 1966/67, período no qual foram registradas cotações extremamente baixas.

Conforme foi noticiado, o início das operações do estoque regulador está marcado para o próximo dia 1º de outubro. Entre as regras de operação, até agora definidas, parece certo que o gerente do estoque terá autorização para comprar cacau, a partir do momento em que a média das três primeiras posições, em Londres e em Nova Iorque, situar-se abaixo de US$ 1,10/libra por cinco dias consecutivos. Nestas circunstâncias, o estoque regulador comprará cacau, até que o preço ultrapasse novamente US$ 1,10/libra. Se forem acumuladas 100 mil t e o preço não se tiver recuperado, o limite de intervenção será reduzido para US$ 1,06/libra e outras 75 mil t serão adquiridas. Se este montante for atingido e os preços, ainda assim, não se recuperarem, o limite de intervenção será reduzido para US$ 1,02/libra e novas 75 mil t poderão ser compradas, desde que já tenham decorrido doze meses do início das operações. Existem ainda algumas dúvidas, quanto ao limite máximo diário de compras e quanto a aspectos secundários da operação.

Quanto à adesão ao pacto por parte dos países membros da Organização, persistem dúvidas em relação ao ingresso definitivo da República Federal da Alemanha. Segundo a avaliação de especialistas, esta adesão se dará na última hora. Entre os países membros que detêm maior participação no mercado, as ausências de peso são as da Costa do Marfim e dos EUA, respectivamente maior produtor e maiores consumidores do produto. Os norte-americanos já definiram sua posição e não darão apoio ao convênio. A Costa do Marfim, ao contrário, permanece em posição dúbia. Seus representantes proferem sucessivas declarações radicalmente contrárias ao pacto; no entanto, o país, há algumas semanas, autorizou que o montante de sua participação (cerca de US$ 60 milhões) no total dos recursos que serão utilizados para a formação do estoque regulador fosse transferido do acordo internacional já vencido para o agora em discussão. Concordaram, portanto, que, por intermédio do mecanismo do estoque regulador, o Acordo Internacional procure sustentar preços acima de US$ 1,10/libra. Isto equivale, na prática, segundo entendem os países produtores integrantes do Acordo, a aceitar alguns dos aspectos mais controvertidos do convênio.

Ao que parece, as regras econômicas do Acordo Internacional serão, desta feita, implementadas, superando as profundas divergências entre produtores e consumidores, que se arrastam há vários anos.

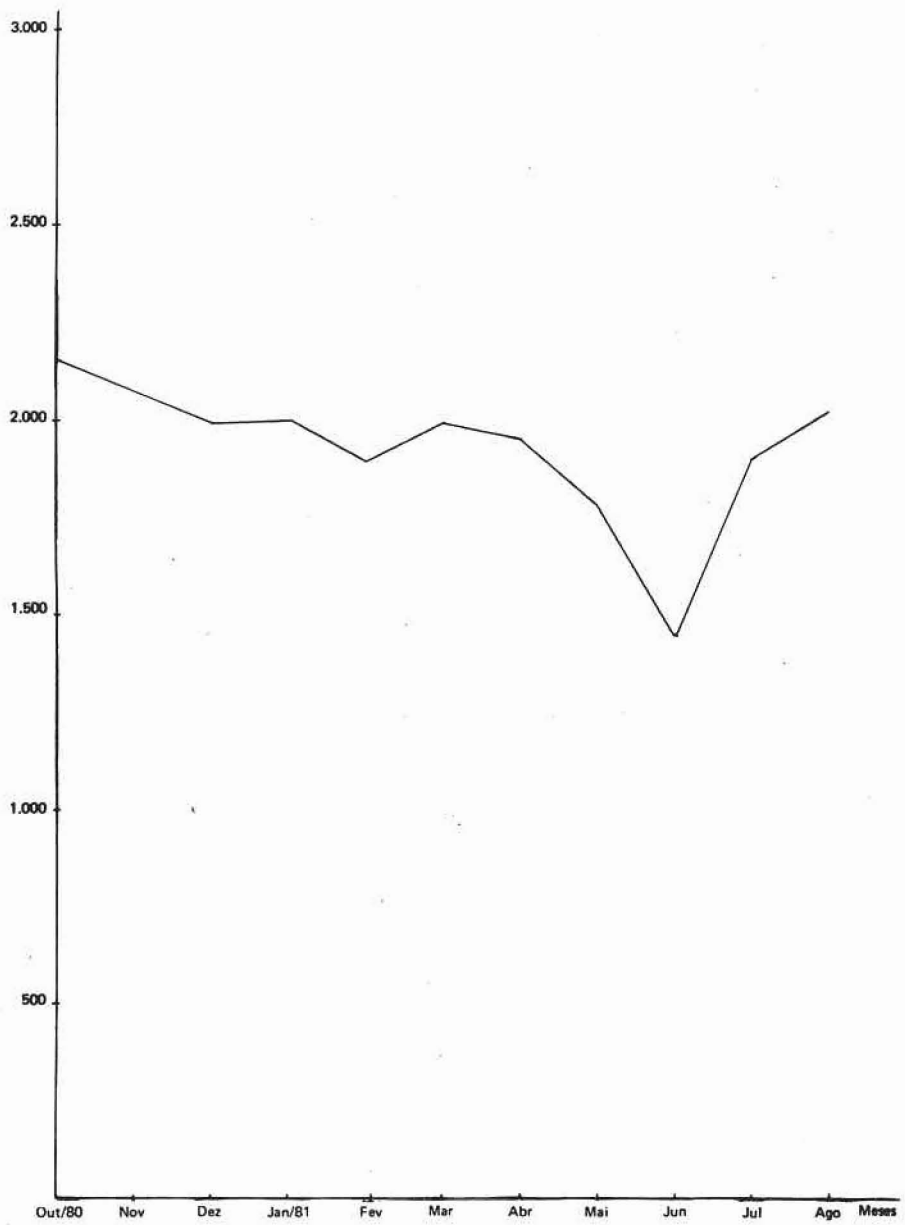
Com a entrada em operação do estoque regulador, o excedente total de oferta poderá ser reduzido, depois de um ano de intervenção, para 458 mil t (708 mil t, menos o total previsto de compras do estoque). Se não se considerar o provável excesso da próxima safra, este "excedente acumulado" representará ainda cerca de 30% do total mundial de moagens. A redução do excesso de oferta, sem dúvida, resultará em preços melhores, internacionalmente. No entanto, por quanto tempo será possível aos países produtores fornecerem recursos para que o estoque "enxugue" o mercado?

A médio prazo, é bastante provável que o efeito da entrada em operação do estoque regulador provoque elevações efetivas nos preços internacio-

nais. O Brasil, por exemplo, caso consiga exportar, no segundo semestre, 120 mil t, alcançará, com certeza, uma receita da ordem de US$ 600 milhões em 1981. Esta meta é perfeitamente factível, pois a maioria dos analistas projeta um preço médio entre US$ 2.200 e US$ 2.400/t, para o segundo semestre de 1981 Considerando um período de tempo maior, provavelmente os fatores fundamentais acabarão prevalecendo, e as cotações retomarão sua tendência declinante, até que o mercado se ajuste, mediante uma redução da produção de cacau ou um improvável aumento do consumo.

GRÁFICO 2

CACAU – Preços Internacionais – Médias Mensais do 1º Futuro em Nova Iorque



FONTE: UNC.

CAFÉ

A GEADA QUE AFETOU A CAFEICULTURA BRASILEIRA NO MÊS DE JULHO, AO CRIAR UMA EXPECTATIVA DE ALTA DAS COTAÇÕES, CONTRIBUIU, MOMENTANEAMENTE, PARA REDUZIR O CONFLITO ENTRE GOVERNO E PRODUTORES EM TORNO DO PREÇO DE GARANTIA DO CAFÉ. SURGEM, NO ENTANTO, COM A QUEIMA DE BOA PARTE DOS CAFEZAIS BRASILEIROS, NOVOS PROBLEMAS DE ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL. ESSAS E OUTRAS QUESTÕES, LIGADAS À EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAFÉ, SÃO ABORDADAS NESSE PROGNÓSTICO.

O Brasil está colhendo sua primeira grande safra de café, desde a geada de 1975, que destruiu quase todo seu parque cafeeiro. A recuperação da produção, concretizada com atraso, por condições climáticas pouco favoráveis no período 1977/79, já se encontra novamente ameaçada. Em julho passado, novas geadas atingiram as três principais regiões produtoras do país: São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A produção desses estados, por dois anos, pelo menos, estará comprometida. As conseqüências serão: 1) o governo ver-se-á pressionado a arcar com os prejuízos; 2) ficará prejudicado o esforço feito pelo país para recuperar mercados perdidos; 3) alguns produtores abandonarão suas lavouras; 4) um contingente apreciável de trabalhadores não obterá emprego, etc.

Estranhamente, este quadro provocou manifestações de alegria incontida em alguns setores. No entanto, é realmente possível que a geada traga também efeitos positivos para o país. A severa redução da disponibilidade brasileira de café, que se seguiu à geada de 1975, trouxe, sem dúvida, diversas conseqüências favoráveis, do ponto de vista dos países produtores. Os preços internacionais multiplicaram-se por cinco entre julho de 1975 e abril de 1977. A partir de então, contudo, impulsionadas pela reação dos consumidores, as cotações iniciaram ininterrupto movimento baixista que se estende até hoje. Ainda assim, durante todo o período de declínio, com breves interrupções eventuais, os preços se situaram, em termos reais, em níveis superiores aos que eram praticados imediatamente antes da geada. O valor do comércio internacional do café foi significativamente inflado e diversos países executaram planos de plantio e de modernização de suas lavouras.

No Brasil, os benefícios também não foram poucos. A receita cambial, cujo recorde, até então, havia sido de US$ 1,3 bilhão em 1973, passou de US$ 934 milhões em 1975 para a casa de US$ 2,3 bilhões no ano seguinte, firmando-se, a partir de então, acima de US$ 2 bilhões anuais.

Por outro lado, o consumo mundial, estagnado há vários anos, sofreu uma queda em termos absolutos. O crescimento desordenado do plantio gerou o excedente de produção que hoje atormenta os países exportadores e ameaça desencadear uma guerra de preços sem precedentes.

Diversas outras conseqüências, positivas ou negativas para o conjunto dos países produtores,

podem ser apresentadas. É fato, no entanto, que coube ao Brasil arcar com a maior parte dos prejuízos. A participação das exportações brasileiras de café no total comercializado mundialmente, caiu de 27% em 1974/75, para 13% em 1977/78. Um dispendioso programa de replantio, modernização e zoneamento da produção cafeeira foi executado às custas de pesados subsídios governamentais. É evidente que foi a sociedade, representada, entre outros, pelos próprios produtores de café, que, em última instância, arcou com os prejuízos e pagou pela recuperação da lavoura. "Dos males o menor", parece ter sido, portanto, a reflexão que comandou as sucessivas manifestações de alegria, quando das primeiras notícias sobre a geada. A razão principal dessa satisfação reside, aparentemente, no fato de que o governo não precisará mais comprar, ao preço de garantia, um excedente de oferta entre 7 e 10 milhões de sacas em 1981/82. Esquece-se, desta forma, que pressões políticas inevitáveis, farão com que o governo seja chamado a financiar os prejuízos, o que talvez venha a ser mais dispendioso do que teria sido a constituição daquele estoque.

É evidente que uma sucessão de duas ou três colheitas na casa das 30 milhões de sacas, sem a prévia ampliação do mercado, desencadearia uma formidável crise na cafeicultura e que, nesta hipótese, o governo seria forçado a despender recursos elevados para minorá-la. Considerando que as autoridades adotam, no presente, uma política financeira austera, aquela perspectiva era, de fato, sombria. No entanto, o crescimento substancial da produção, a partir de 1981, era perfeitamente previsível, uma vez que se constituía em conseqüência natural do próprio ritmo com que foi executado o plano de recuperação da lavoura (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 6).

Seja como for, a geada ocorreu e introduziu modificações importantes no panorama estatístico do mercado. As estimativas de quebra de produção para 1982/83, divulgadas recentemente pelo IBC e pelo USDA, desta vez apresentam resultados relativamente próximos entre si (ver Quadro 1). O IBC, em seu primeiro relatório, estima que a próxima colheita sofrerá redução de 45% em relação à previsão inicial, de 27 milhões de sacas. A produção de 1982 seria, portanto, de aproximadamente 15 milhões de sacas. Já o Departamento de Agricultura dos EUA prevê que a colheita ficará entre 15 e 18 milhões de sacas.

A avaliação do IBC, inicialmente contestada no exterior como apressada e superestimada, parece ter ganho confiabilidade a partir da divulgação do primeiro relatório norte-americano que continha previsões relativas ao Paraná. Internamente, fontes do comércio exportador admitem como corretas as previsões, mas ressaltam que uma avaliação mais segura só poderá ser realizada no final do ano. Isto porque a recuperação dos cafezais atingidos moderadamente dependerá sobretudo das chuvas dos meses de agosto e setembro. Caso

QUADRO 1

CAFÉ — Comparação entre as Estimativas da Produção Brasileira de 1982/83 - IBC e USDA (em milhão de sacas de 60 kg)

Produção	IBC				USDA			
	PR	SP	MG	Total	PR	SP	MG	Total
Prevista antes da geada	6,4	9,4	5,8	27,4	8 a 9	8 a 9	6,5 a 7,5	27 a 30,5
Produção prevista atualmente	1,9	4,2	3,3	14,9	3	4 a 5	4,5 a 5,0	15 a 18

FONTE: IBC e USDA.

os níveis de precipitação pluviométrica se mostrem adequados, é possível que a florada de novembro surpreenda. Em razão desta possibilidade de recuperação, estas mesmas fontes afirmam que é mais seguro, atualmente, considerar o intervalo de 15 a 20 milhões de sacas, como previsão da colheita de 1982.

Este fato, por certo, dificulta a formação de expectativas quanto ao comportamento dos preços num horizonte de médio prazo. Atuam, em mesmo sentido, as incertezas quanto ao futuro do Acordo Internacional do Café.

De qualquer forma, a redução da disponibilidade internacional somente se fará sentir a partir de meados de 1982 pois, até lá, é grande o excedente mundial do produto. A curto prazo, parece já se ter esgotado o impulso altista sofrido pelos preços em razão das geadas dos dias 20 e 22 de julho. A média do contrato futuro de setembro de 1981, em Nova Iorque, elevou-se no período entre 27 e 31 de agosto em 25%, em comparação com a média da semana anterior à da geada. Já na última semana de agosto, parte significativa deste ganho se havia dissipado, pois, em comparação com os preços do período entre 13 e 17 de julho, as cotações da última semana de agosto apresentavam ganhos de apenas 6%.

De fato, a situação estatística do mercado não justificaria um comportamento diferente dos preços. Segundo o USDA, em sua primeira estimativa para 1981/82, a produção exportável do período deverá situar-se em 73,3 milhões de sacas (+17% em comparação com o período anterior); as exportações são calculadas em 62,92 milhões (+6%) e o consumo nos países produtores em 21,2 milhões (+4%). O excedente de safra será, portanto, da ordem de 10 milhões de sacas (ver Quadro 2) que, somado aos remanescentes de 1980/81, perfaz um total de quase 40 milhões de sacas. Neste contexto, a redução da safra brasileira do próximo ano fará pouco mais do que eliminar, em fins de 1982/83, o crescimento do estoque final ocorrido no período anterior, o que não significa dizer que não ocorrerá nenhum efeito sobre as cotações.

A expectativa quanto ao comportamento dos preços internacionais também vem sendo influenciada, negativamente, pelas incertezas quanto ao tom das negociações na Organização Internacional do Café, em setembro, com vistas à renegociação do acordo do café. Dificilmente, um acordo que não satisfaça às demandas relativas às quotas de exportação dos principais países produtores terá condições de sobrevivência. Ao longo do período 1980/81, sucederam-se declarações de representan-

QUADRO 2

CAFÉ – Distribuição Mundial da Oferta – 1975/76 a 1981/82
(em milhões de sacas de 60 kg)

Períodos	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
Estoques Iniciais	44,284	38,891	25,601	29,880	25,614	25,719	29,264
Produção	72,451	61,386	71,133	79,134	81,503	82,745	94,184
Importação dos Países Produtores	0,496	0,496	0,569	0,601	0,619	0,562	0,553
Disponibilidade Total	117,231	100,773	97,303	109,615	107,736	109,026	124,001
Consumo Interno dos Países Produtores	18,786	17,964	18,784	19,287	19,922	20,406	21,215
Exportações	59,557	57,208	48,639	64,714	62,095	59,356	62,925
Estoque Final	38,891	25,601	29,880	25,614	25,719	29,264	39,861

FONTE: Complete Coffee Coverage.

tes desses países, todas unânimes em apontar o acordo como o melhor instrumento disponível para sustentar as cotações. No entanto, afirmavam também, e com ênfase maior algumas vezes, que seus países estavam sendo prejudicados pela pequena quota de exportação recebida. É pouco provável que a Colômbia, por exemplo, com uma produção este ano de 14,5 milhões de sacas e um estoque estimado, em 30/09/81, em 6,3 milhões de sacas, aceite uma quota básica de 9,7 milhões como a do período 1980/81. Da mesma forma, o Brasil (que, no ano passado, obteve um aumento expressivo da sua quota) a Costa do Marfim e outros países não admitirão redução ou congelamento de suas quotas. Por outro lado, a estagnação do consumo mundial torna irrealista a fixação de uma quota global superior a 52 milhões de sacas, caso se pretenda realmente praticar preços superiores a US$ 1,15/lb (limite inferior do intervalo de preços do convênio de 1980/81). Do lado dos países consumidores, a posição que será defendida pelos EUA é ainda desconhecida. Alguns acreditam que é provável uma postura intransigentemente contrária à renovação do acordo. Afirmam que a ratificação norte-americana do AIC 1980/81 só foi feita por constituir-se em um compromisso assumido pelo governo anterior. No entanto, é preciso lembrar os interesses da atual administração em relação à situação política da América Central, região em que a economia de alguns países é fortemente dependente das exportações de café.

Todas estas questões, ainda sem resposta definitiva, estão pesando negativamente sobre as cotações internacionais. O próprio presidente da OIC, em conferência realizada na Holanda, há algumas semanas, apontava a questão da confiança como a principal razão para a fraqueza dos preços. Segundo ele, o convênio foi capaz de sustentar as cotações acima de US$ 1,20/libra, ao longo de boa parte do período 1980/81, por contar com o apoio de todos os membros, que reconhecem ser o pacto um instrumento funcional e eficaz para dar suporte ao mercado. Segundo o presidente da OIC, portanto, a fraqueza dos preços não decorre de questões técnicas de funcionamento do convênio, mas de incertezas quanto a sua continuidade.

Do ponto de vista do Brasil, a escolha da postura a ser adotada pelo país na mesa de negociações, em setembro, constitui também questão delicada. Algumas perguntas capitais devem ser colocadas:

- até que ponto a limitação imposta pela quota brasileira para vendas a países membros da OIC vem dificultando o objetivo de reconquistar mercados?
- caso exista esta dificuldade, ela é compensada pelos efeitos do pacto em termos de sustentação de preços?
- e a questão principal: quais seriam as conseqüências previsíveis de um rompimento na OIC ou, o que é o mesmo, da assinatura de um acordo ineficaz?

As exportações brasileiras, em 1981, estão logrando uma boa performance. No entanto, a observação dos resultados apresentados no Quadro 3 revela uma variação acentuada das quantidades vendidas a cada mês para os países membros. À exceção do primeiro trimestre de 1980/81, em todos os demais nota-se uma forte redução da quantidade vendida no último mês de cada trimestre. Este fato reflete o esgotamento precoce da quota trimestral brasileira para os países membros da Organização. Por outro lado, não se pode desprezar os resultados do convênio, em termos de suporte de preços. Os resultados, por certo, não foram excepcionais. É preciso lembrar, no entanto, que o AIC contribuiu, em alguma medida, para que as cotações se mantivessem em níveis razoáveis durante a maior parte do período em que a situação estatística do mercado (ver Quadro 2) indicava a perspectiva de um excedente para fins de 1981/82 de cerca de 60% do consumo mundial.

No entanto, a última questão levantada é, de fato, a crucial. Antes da geada, era concebível a proposta, defendida por muitos, de que o Brasil deveria romper o convênio e partir para uma guerra de preços. Com uma colheita estimada em 32 milhões de sacas este ano e com a perspectiva de uma produção também elevada em 1982, praticamente se impunha a necessidade de acelerar o processo de crescimento das vendas brasileiras. Do ponto de vista do Brasil, esta proposta implicaria sérios sacrifícios por alguns anos. Os defensores da idéia afirmavam, no entanto, que este prazo não seria tão longo, pois logo os países consumidores, principalmente os EUA, perceberiam que era de seu interesse sustar a competição, tendo em vista os efeitos desestabilizadores em diversos países aliados, que adviriam de uma conjuntura de

preços do café extremamente deprimidos. Por outro lado, as relações comerciais brasileiras com os países africanos também seriam afetadas.

Contudo, com a geada, esta proposta foi arquivada. Seria por demais arriscado partir para uma disputa deste nível com a safra seguinte comprometida. Na verdade, resta ao Brasil, atualmente, optar por uma postura agressiva ou conciliadora na OIC. Em outras palavras, optar entre defender a ferro e fogo uma quota elevada para si, o que, muito provavelmente, resultará em uma quota global artificialmente inflada, ou defender o estabelecimento de quotas mais realistas, compatíveis com a atual dimensão do mercado.

Esta segunda hipótese, embora, a princípio, soe mais sensata, só se tornaria viável caso os países produtores encontrassem formas consensuais de repartir os custos iniciais resultantes. Neste caso, seria possível levar ao conselho da OIC uma proposta que estabelecesse uma quota inicial reduzida, a qual sofreria acréscimos futuros, em função de eventuais aumentos nas cotações. No entanto, a conjuntura econômica internacional de hoje, na qual a totalidade dos países produtores de café se acha às voltas com sérias dificuldades em suas contas externas, dificilmente permitirá que se encontre a necessária calma para a viabilização de uma proposta conjunta como esta. Bem mais realista é a hipótese de que os principais países produtores obtenham, para si, quotas elevadas em prejuízo dos demais, conformando-se com a determinação de uma quota global excessiva em relação ao nível previsto para o consumo mundial. Neste caso, serão grandes as chances de que o AIC 1981/82 se esvazie a partir de um rompimento por parte dos pequenos produtores.

QUADRO 3

CAFÉ – Exportações Brasileiras nos Períodos 1979/80 e 1980/81
(em 1.000 sacas de 60 kg e em US$ milhão)

Períodos	1980/81				1979/80	
	Para Países membros da da OIC	Para Países não membros da OIC	Para todos os destinos		Para Todos os destinos	
			Quantidades	Valores	Quantidades	Valores
1º trimestre	3.476	670	4.146	619	3.420	846
out.	903	209	1.112	187	1.049	248
nov.	1.258	226	1.484	221	369	88
dez.	1.315	235	1.551	211	2.002	510
2º trimestre	3.044	721	3.765	506	2.341	473
jan.	1.119	296	1.415	188	203	36
fev.	1.144	104	1.248	168	532	97
mar.	781	321	1.102	150	1.606	340
3º trimestre	3.285	552	3.837	479	4.751	985
abr.	1.418	126	1.543	197	1.533	337
mai.	1.062	177	1.240	157	1.607	346
jun.	805	249	1.054	125	1.611	302
4º trimestre*	2.900	1.000	3.950	–	3.969	694
jul*	900	200	1.100	–	1.208	226
ago*	1.300	300	1.700	–	1.103	207
set*	700	500	1.150	–	1.658	261

FONTE: IBC.
* Estimativa do comércio exportador.

Em relação às cotações internacionais, o tom das negociações na OIC e os resultados práticos desses encontros serão primordiais para a definição da perspectiva dos preços externos. Caso os países produtores obtenham, em suas conversações preliminares, algum esboço, ainda que precário, de solução e tenham forças para impor a sua proposta aos consumidores, as cotações internacionais poderão permanecer relativamente estáveis até meados do período de inverno do Hemisfério Norte. Os preços, neste caso, flutuariam até lá em função de outros fatores, tais como o rigor do inverno que, normalmente, faz crescer ainda mais o consumo neste período do ano. Outro fator relevante é o comportamento da taxa de juros nos países consumidores que, influenciando o custo da manutenção dos estoques dos torrefadores, reflete-se sobre o ritmo das compras e, portanto, sobre os preços internacionais. Por último, começa a aumentar a expectativa quanto à nova estimativa da safra brasileira de 1981/82, a ser divulgada em breve pelo IBC e pelo USDA que, segundo alguns, poderá surpreender. Conforme estes rumores, a colheita brasileira vem apresentando ótimos resultados em termos de produtividade e não são poucos os especialistas que estimam a produção de 1981 entre 34 e 36 milhões de sacas (a última estimativa do IBC foi de 32,1 milhões).

A perspectiva de comportamento dos preços do café, que parece predominar até o momento, é, portanto, de estabilidade ou queda a médio prazo. O mercado deverá sofrer uma pressão baixista decorrente do grande excesso de oferta previsto para esta estação e da própria conjuntura econômica internacional. Este último fator torna bastante improvável qualquer hipótese de aumento significativo do consumo mundial e continuará forçando os industriais a trabalharem com níveis mínimos de estoque, realizando compras sempre pequenas, em razão das taxas de juros elevadas. Influenciando o mercado em sentido contrário, estará presente a expectativa de redução da próxima colheita brasileira e o "preço-gatilho" da OIC, caso o convênio seja renovado. A curto prazo, no entanto, o inverno no Hemisfério Norte deverá contribuir para que a demanda se aqueça um pouco, porém com reduzido efeito altista sobre os preços, em razão da própria conjuntura baixista do mercado. Caso se confirmem os rumores de aumento da colheita brasileira deste ano e, supondo que o acordo internacional não se mostre francamente favorável aos produtores, as cotações poderão, inclusive, declinar um pouco mais. No entanto, esta possível redução deverá ser pequena, pois as cotações já se encontram bastante reduzidas e a expectativa de uma produção menor no próximo período deverá emprestar suporte aos preços.

Caso prevaleça, de fato, esta tendência, o Brasil terá poucas chances, este ano, de atingir sua meta de receita cambial, fixada para o café, entre US$ 2 e US$ 2,2 bilhões. A meta quantitativa (16,5 milhões de sacas) tem maior probabilidade de ser cumprida, embora não facilmente. No primeiro semestre de 1981 (ver Quadro 3) as exportações de café totalizaram 7,6 milhões de sacas (+7% em comparação com o mesmo período de 1980) e a receita cambial atingiu quase US$ 1 bilhão (-45% do que em 1980). Para que as metas sejam cumpridas, será preciso que o Brasil exporte, no segundo semestre, 8,9 milhões de sacas e obtenha, por essa quantidade, US$ 1 a US$ 1,2 bilhão.

Para o período julho/setembro, ainda não existem estatísticas oficiais. É provável, no entanto, que as vendas do trimestre atinjam entre 4 e 4,4 milhões de sacas. Até os últimos dias de agosto, segundo informações extra-oficiais do comércio exportador, as vendas programadas para o trimestre situavam-se em torno de 4 milhões e a quota brasileira para países membros da OIC, inclusive a parcela adicional de 150 mil sacas liberada no início de agosto, estava praticamente esgotada. É possível que o montante programado para embarque no período sofra ainda acréscimos decorrentes de novas vendas, a serem realizadas em setembro, para o mercado composto pelos países não membros da OIC, o qual não é limitado por quotas de exportação. No entanto, as vendas até agora programadas para esses países, neste trimestre, atingem a quantidade recorde de 1 milhão de sacas. Portanto, é improvável que se realizem novas vendas, em quantidades significativas, neste período, para aqueles países.

Para que a meta brasileira, relativa a quantidades, seja cumprida, será preciso que as vendas do último trimestre do ano situem-se entre 4,5 e 4,9 milhões de sacas, dependendo do resultado do período anterior atingir respectivamente 4,4 ou 4 milhões. O IBC abriu recentemente o registro de

vendas de café verde para o período outubro/novembro, para países membros da OIC. A medida foi tomada antes mesmo que se iniciassem as negociações para a renovação do acordo que expirará em 31/09/81, objetivando evitar uma corrida ao registro nos últimos dias de setembro. A autarquia estabeleceu quotas por empresa exportadora, como no trimestre anterior, as quais, somadas, atingem 1,179 milhão de sacas para outubro e outro tanto para embarque em novembro. Se a mesma quota global for estabelecida para dezembro e as exportações para não-membros repetirem a performance do período julho/setembro, cerca de 1 milhão de sacas até agora, as vendas do último trimestre atingirão 4,5 milhões e a meta estará praticamente cumprida, pois restariam ainda as vendas de café solúvel, não incluídas acima.

No entanto, para que a quota global de dezembro, para os países membros, possa repetir a quantidade fixada para outubro e novembro, será preciso que o Brasil obtenha uma quota, junto à OIC, superior a 16,5 milhões de sacas, para o convênio 1981/82. Portanto, o cumprimento da meta quantitativa dependerá, também, de como evoluirão as negociações para a renovação do acordo.

Se a meta de exportações de café, em 1981, em termos de quantidade, embora factível, não será facilmente atingida, mais difícil ainda será a tarefa de obter de US$ 2 bilhões a US$ 2,2 bilhões de receita, este ano. Para que este montante seja atingido, será preciso que a receita cambial do segundo semestre se situe entre US$ 1 e US$ 1,2 bilhão.

Inicialmente, cabe esclarecer que o atual sistema brasileiro de determinação do preço de venda do café criou uma relativa independência, no curto prazo, entre a cotação do produto no mercado e a quantidade de divisas que ingressa no país, cada vez que uma saca é exportada. Assim, para se estimar a receita cambial do café, não basta prever a evolução do preço de mercado no período correspondente. O Brasil vende seu café pelo preço mínimo de exportação, acrescido dos custos de colocação do produto no exterior, menos um desconto calculado diariamente com base no preço dos países concorrentes. Este desconto, que objetiva garantir a competitividade do café brasileiro, é dado na forma de Avisos de Garantia, que são títulos de emissão do IBC, os quais podem ser utilizados pelos importadores como parte do pagamento de futuras aquisições de café, no Brasil.

As normas de aplicação dos Avisos de Garantia limitam sua utilização, para pagamento de importação, ao máximo de US$ 80/saca. Deste total, US$ 50 correspondem ao valor do confisco cambial, US$ 16 a um adicional provisório de 10% sobre o valor unitário da operação e os US$ 14 restantes poderão ser aplicados, até este limite, para a liquidação do saldo, desde que o preço de venda supere, no mesmo montante, o preço mínimo de exportação. Assim, se o preço mínimo de registro é de US$ 158,59/saca (ou US$ 1,20/lb) e o custo da colocação do produto no exterior é estipulado em US$ 17,18/sc (ou 0,13/lb), como atualmente, e uma operação é realizada por US$ 180/sc, o importador poderá desembolsar, em divisas, apenas US$ 105,54/sc, pagando a diferença em avisos de garantia.

Considerando-se esta sistemática de determinação do preço do café brasileiro e as normas de aplicação dos Avisos de Garantia, é possível estimar que a receita cambial do último trimestre do ano situar-se-á entre US$ 450 e US$ 490 milhões, correspondendo à venda de 4 a 4,4 milhões de sacas, respectivamente. Supondo que sejam exportadas, no período outubro-dezembro, as quantidades necessárias ao cumprimento da meta quantitativa, ou seja, entre 4,5 e 4,9 milhões de sacas, e que a arrecadação média por saca exportada permaneça idêntica à estimada para o trimestre anterior (cerca de US$ 112/sc), a receita do período outubro/dezembro situar-se-ia entre US$ 506 e US$ 550 milhões. Estes valores, somados à receita estimada para o terceiro trimestre (US$ 450 a US$ 490 milhões) e ao montante arrecadado nos primeiros seis meses do ano (US$ 985 milhões) perfazem um total entre US$ 1,941 e US$ 2,025 bilhões. Cabe ressaltar, no entanto, que a obtenção de uma receita cambial semelhante à apontada acima, para o período outubro/dezembro, depende de duas condições: que os preços permaneçam em nível idêntido ao do terceiro trimestre do ano; e que o Brasil obtenha junto à OIC uma quota global capaz de viabilizar a exportação de 4,5 a 4,9 milhões de sacas no período.

Em relação aos preços internos do café, é provável que sua evolução tenha como principal suporte o preço de garantia oferecido pelo IBC. Até janeiro, este preço (considerando-se as despesas da operação) está fixado em Cr$ 10.000,00/saca e, a partir de janeiro, deverá ser corrigido pela variação cambial do período agosto/dezembro de 1981. Até a próxima colheita, a situação de excesso de oferta é evidente (ver Quadro 4). O excedente de café, até julho próximo, poderá, no entanto, aumentar ainda mais, caso se confirmem os rumores de elevação da atual colheita (mais 2 a 4 milhões de sacas) e a expectativa de redução do consumo interno, em razão da liberação do preço ao consumidor. A este respeito, algumas estimativas indicam uma redução de cerca de 1 milhão de sacas em relação à quantidade consumida em 1980 (7,113 milhões de sacas).

Tendo em vista a situação de fraqueza prevista para o mercado cafeeiro, a remuneração do produto estará diretamente vinculada à disponibilidade de recursos creditícios para comercialização e às condições de compra determinadas pelo IBC. Até o momento, a linha de crédito do Banco do Brasil permanece aberta, embora eventuais suspensões das operações tenham sido noticiadas, em razão do esgotamento da quota de agências específicas. O IBC vem também adquirindo elevada quantidade de café. O total das compras do mês de agosto é estimado em 1 milhão de sacas, cabendo ressaltar, ainda, que a autarquia reduziu o prazo do pagamento de suas aquisições de trinta a quarenta dias para apenas dez dias, o que teve o efeito de melhorar as bases de negociação do produto no mercado físico.

Este, sem dúvida, será um período difícil para o produtor. Ele terá de optar entre vender agora seu produto, sabendo que a próxima colheita será reduzida, ou esperar preços melhores no futuro, contando com um apoio creditício que se deverá mostrar restrito, em razão da política monetária hoje em aplicação.

QUADRO 4

BRASIL – Previsão da Disponibilidade e do Consumo do Café – 1981/82
(em milhões de sacas de 60 kg)

	1ª Hipótese	2ª Hipótese
Estoque em 01/07/81	6,000	6,000
Produção 1981/82	32,100	35,000
Disponibilidade Total	38,100	41,000
Exportações até 07/82	17,500	17,500
Consumo Interno até 07/82	7,100	6,000
Estoque em 01/07/82	13,500	17,500
Produção 1982/83	15,000	20,000
Disponibilidade Total	28,500	37,500
Exportações até 1982/83	17,500	17,500
Consumo Interno 1982/83	6,000	6,000
Estoque em 01/07/83	5,000	14,000

FONTE: IBC.

CANA-DE-AÇÚCAR

A ATUAL POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA, PARA O AÇÚCAR, PRIVILEGIANDO CONTRATOS DE LONGO PRAZO, FOI RESPONSÁVEL PELO BOM DESEMPENHO DAS VENDAS DO PAÍS NO PRIMEIRO SEMESTRE. INTERNAMENTE, PORÉM, AS GEADAS DE MEADOS DO ANO E AS DIFICULDADES DO PROGRAMA DO ÁLCOOL PERMITEM ANTEVER ALGUNS PROBLEMAS, EM 1982.

Mercado Externo

As cotações do açúcar no mercado externo, no primeiro semestre deste ano, caminharam para um novo ciclo baixista. Este fato significou o rompimento de uma breve etapa de elevados preços do produto, ocorrida durante o ano passado. Embora a alternância de prolongados períodos depressivos com rápidas e bruscas recuperações venha caracterizando o mercado açucareiro, pode-se afirmar que a presente retração dos preços obedece não somente às leis de oferta e demanda globais do produto, como, também, está diretamente relacionada com o quadro atual de recessão da economia mundial e, mais especificamente, com o comportamento do mercado financeiro internacional. Assim sendo, vale observar tanto os chamados fatores fundamentais do mercado do açúcar como os fatores que, externos a este mercado, acabam influenciando decisivamente o seu desempenho.

A mais recente previsão da corretora F.O. Licht indica, para a safra 1981/82, uma considerável elevação da produção mundial, que poderá atingir até 92 milhões de toneladas, enquanto o consumo alcançaria 91 milhões de toneladas. Configura-se, assim, a superação da situação de escassez da oferta de açúcar, que perdurou durante as duas últimas temporadas. Este acentuado incremento da produção mundial é atribuído à recuperação de países produtores que sofreram, na safra passada, efeitos climáticos adversos, como a África do Sul, a Índia e o Peru, ou incidência de doenças, como foi o caso de Cuba, que, atualmente, anuncia estar controlando o problema da ferrugem em seus canaviais. Entretanto, o bom desempenho da safra de beterraba da Comunidade Econômica Européia parece constituir-se no principal elemento a credenciar uma previsão de superávit da oferta mundial de açúcar.

As excepcionais condições climáticas que prevaleceram até o momento, na Europa, permitem supor um aumento na produtividade agrícola em torno de 11%, comparado com o resultado obtido na última safra. Caso seja confirmada esta previsão, a CEE poderá dispor de um excedente exportável de até 5,5 milhões de toneladas de açúcar branco, o que significará um fator permanente de pressão baixista sobre os preços nos próximos meses.

Em contrapartida, alguns países, grandes produtores, enfrentarão dificuldades neste período.

A Austrália terá de erradicar parte de seus canaviais atingidos por pragas, bem como sentirá as conseqüências de greves que paralisaram todas as usinas no transcorrer da safra. As plantações de beterraba da URSS, por seu turno, sofrem os efeitos da atual onda de calor que castiga suas regiões produtoras de grãos. Contudo, a mais significativa frustração da atual safra deverá ficar por conta do Brasil. O prejuízo advindo das geadas ocorridas no final de julho em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, está estimado em aproximadamente 550 mil toneladas de açúcar. Embora o decréscimo da atual safra brasileira não represente mais do que 0,6% da produção mundial prevista para 1981/82, seus reflexos sobre o comportamento do mercado serão sentidos. A decisão, tomada pelo IAA, de suspensão de novos contratos de exportação de açúcar demerara adquire uma relativa importância, tendo em vista a posição de grande vendedor que o país ocupa no mercado. Cabe lembrar que a mesma medida foi tomada em outubro do ano passado, por ocasião do conflito entre o Irã e o Iraque, alçando os preços para sua mais elevada cotação dos últimos anos.

Quanto ao consumo mundial de açúcar, este deverá ter, em 1981, uma elevação de 2% a 3%, que não será suficiente para manter uma situação de equilíbrio diante do total ofertado. Tal incremento fica ainda na dependência do crescimento da oferta de sucedâneos do açúcar, entre os quais se destaca o xarope de milho. Porém, as importações de cereais da URSS e as baixas cotações do açúcar não indicam, para o atual momento, a possibilidade de um crescimento ponderável do consumo de xarope de milho em países como os Estados Unidos, Canadá e Japão, onde, até então, a oferta deste substituto do açúcar vinha-se ampliando.

Em face das perspectivas quanto à produção e consumo mundiais para este ano, torna-se possível prever uma ligeira elevação dos estoques internacionais. Na hipótese de um acréscimo de 1 milhão de toneladas nestes estoques, a relação estoques/consumo ficaria em torno de 27%, o que ainda representaria um baixo índice. Este fato desautoriza qualquer previsão acentuadamente pessimista sobre o mercado, embora a elevação do nível dos estoques aponte para uma tendência de decréscimo dos preços. No Quadro 1, apresenta-se a superposição de gráficos da relação estoque/consumo e da média anual de preços do açúcar demerara na bolsa de Nova Iorque, nos últimos sete anos. Observa-se que as duas curvas descrevem uma tendência inversa: quando a relação estoques/consumo cai, os preços se elevam e vice-versa. Isto permite supor o forte grau de influência que aquela relação exerce sobre os preços.

O Acordo Internacional do Açúcar, outrossim, parece não dispor, na conjuntura presente, de mecanismos reguladores capazes de inverter a tendência decrescente dos preços. A ausência da CEE entre os signatários do Convênio é decisiva para sua menor efetividade, principalmente diante dos excedentes exportáveis de que a Comunidade dispõe na atual temporada.

Contudo, as causas da queda das cotações do açúcar a partir de dezembro último, como já foi afirmado, não podem ser identificadas como reflexo exclusivo do equilíbrio entre a oferta e a demanda. Fatores externos ao mercado açucareiro, como o quadro de recessão da economia mundial e as elevadas taxas de juros que vêm prevalecendo no mercado financeiro internacional, desestimulam as pressões de compra no setor. Os países compradores procuram ou reduzir os estoques porventura existentes, ou limitar as aquisições do produto às necessidades imediatas de consumo. Por outro lado, os especuladores que estavam presentes no mercado de ***commodities*** buscam liquidar seus contratos,visando à aplicação de capitais no mercado financeiro, o que, evidentemente, colabora mais ainda para a derrubada de preços daqueles produtos.

Caso os fatores aqui enumerados permaneçam incidindo sobre o comércio internacional do açúcar, as tendências de recuperação do preço do produto ficam bastante reduzidas. Esta suposição baseia-se, ainda, no fato de que a atual estabilidade do preço do petróleo torna mais remota a possibilidade de que países que hoje desenvolvem programas alternativos de energia, através da utilização da cana-de-açúcar como matéria-prima para o álcool, venham a aumentar seu esforço de produção deste energético, em detrimento de suas quotas de produção de açúcar.

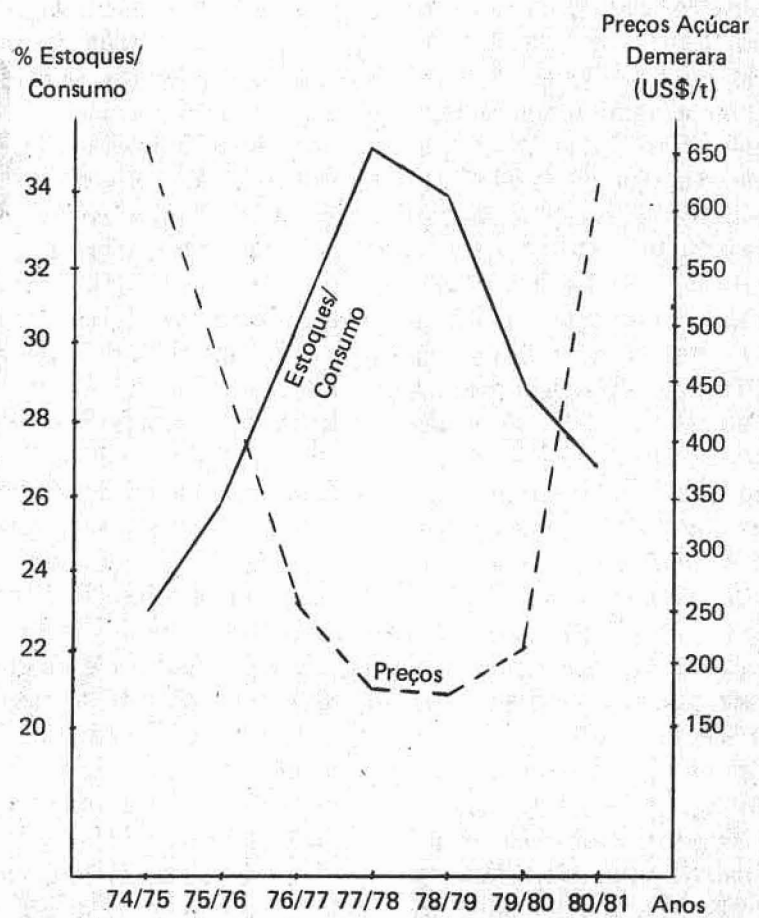
A persistência de baixos preços do açúcar, por outro lado, vem exigindo, de grande parte dos países produtores, a aplicação de uma generosa política de subsídios à produção. Um levantamento do Departamento de Agricultura norte-americano estima, para os Estados Unidos, um custo de produção

para o açúcar de beterraba de US$ 558/tonelada, e de US$ 529/tonelada para o açúcar de cana. O mesmo levantamento aponta um custo de US$ 450/tonelada para o açúcar de beterraba produzido pela CEE. Considerando-se que a cotação do produto na Bolsa de Nova Iorque apresentou um valor médio de US$ 360/tonelada nos dois últimos meses, torna-se evidente que os preços atuais mostram-se desestimulantes para a expansão da produção de açúcar, em uma série de países produtores.

No que diz respeito ao Brasil, a análise de sua participação no comércio internacional durante o primeiro semestre deste ano comprova um bom desempenho das exportações do produto. Com um volume total embarcado de 976.076 toneladas e recebendo em divisas US$ 515,89 milhões até o final do último mês de junho, o país obteve um preço médio de US$ 528,53/tonelada para seu açúcar exportado, ou seja 17% acima da cotação média da bolsa de Nova Iorque no mesmo período. O sucesso da atual política de exportação fundamenta-se em uma estratégia de comercialização que privilegia contratos de longo prazo. Pelos termos de alguns destes contratos, os preços de venda

GRÁFICO 1

AÇÚCAR: Relação entre Estoques e Consumo e Evolução das Cotações do Produto na Bolsa de Nova Iorque — 1974/75 a 1980/81 (% e US$/t)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: % Estoques/Consumo: F. O. Licht; Preços Açúcar Demerara: Statistical Bulletin - ISO.

são pré-fixados, o que, em uma conjuntura de declínio das cotações, acaba beneficiando o país vendedor.

O resultado final das exportações brasileiras para o corrente ano fica na dependência não somente do comportamento dos preços nos próximos meses, como também da possibilidade de o país negociar novas vendas do produto.

A suspensão de novas contratações de exportação do açúcar demerara não atinge os compromissos de vendas já assumidos, para entrega neste ano e em 1982. Entretanto, suspende a negociação de um determinado volume que ainda poderia ser ofertado. Assim sendo, as exportações deverão render ao país aproximadamente US$ 1 bilhão, resultado inferior ao registrado no ano passado, mas que pode ser considerado satisfatório, se considerada a conjuntura particularmente difícil, seja em termos das cotações do produto no mercado internacional, seja em razão dos problemas de oferta do produto.

As exportações de álcool, por sua vez, continuam sendo efetuadas como recurso para o escoamento da produção excedente do mercado interno. Constituindo-se em um mercado de dimensões restritas, o comércio externo do álcool passou a apresentar, a partir deste ano, uma nova limitação. Isto porque os Estados Unidos que, no ano passado, foram os principais importadores do produto brasileiro, ao adquirir 130 milhões de litros, tiveram suas compras desestimuladas pela fixação de uma sobretaxa aduaneira. Acrescente-se, ainda, que as cotações atuais do produto no mercado externo, em torno de US$ 58/barril, não se mostram atraentes, diante dos custos internos de produção e do frete. Diante disso, o IAA estabeleceu o preço mínimo para exportação em US$ 67/barril, valor de difícil obtenção no mercado internacional. Caso a atual cotação prevaleça, ainda que o país consiga repetir um desempenho semelhante ao do ano passado, quando exportou 390 milhões de litros, o total arrecadado ficará em torno de 150 milhões de dólares.

Quanto às exportações de melaço, a situação mostra-se mais desalentadora. Com um preço vigente no mercado externo de US$ 60/tonelada, equivalendo a 50% da cotação média do ano passado, as exportações de melaço realizadas pelo Brasil no primeiro semestre foram praticamente nulas. Considerando-se as propícias condições climáticas para o pasto e a boa safra de beterraba na Europa, mantém-se uma expectativa desfavorável para o consumo de melaço no segundo semestre. Diante deste fato, o mais provável é que o mel residual não exportado seja convertido em álcool, o que significaria um acréscimo de aproximadamente 270 milhões de litros na produção nordestina para este ano.

Mercado Interno

O Plano da Safra 1981/82, divulgado no final de maio, previu uma produção de 8,2 milhões de toneladas de açúcar e 4,3 bilhões de litros de álcool. Para que este resultado fosse alcançado, seria necessário efetuar o corte de aproximadamente 160 milhões de toneladas de cana, o que exigiria um certo acréscimo da produtividade agrícola, na medida em que a área plantada deve sofrer apenas discreta elevação, em relação aos 2,6 milhões de hectares registrados na última safra.

No entanto, as recentes geadas que ocorreram no Centro-Sul do país e os efeitos da estiagem na região Nordeste alteraram sensivelmente as previsões para esta safra, exigindo uma reavaliação de seu plano inicial. Embora não existam ainda condições para uma estimativa de caráter definitivo, dos danos causados pelas geadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, o Instituto do Açúcar e do Álcool admite uma redução de 10 a 12% da produção de cana e de 550 mil toneladas sobre a meta de produção de açúcar para a safra 1981/82, nos três estados.

Em São Paulo, as geadas ocorreram quando 40% da safra já haviam sido processados, faltando 48 milhões de toneladas de cana para esmagar. Ainda que todas as regiões produtoras do estado tenham sofrido os efeitos da intempérie, estes se fizeram sentir diferenciadamente, ficando isentas de qualquer dano 13 milhões de toneladas do produto. Do total atingido, calcula-se ter havido uma perda física imediata de 3,5 milhões de toneladas, com um remanescente de 31,5 milhões de toneladas sujeitas a prejuízos no momento de sua transformação industrial, de acordo com o grau de avarias provocadas pelas geadas e o trato subseqüente que a cultura tenha recebido. Caso se confirme a previsão de que a produtividade do açúcar, produzido a partir

da cana afetada, ficará em torno de 90 kg/tonelada, o estado de São Paulo deverá obter, no final da safra, uma produção aproximada de 3,4 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, 12% inferior à meta fixada. Em Minas Gerais, os maiores danos foram causados no Sul do estado, o que deverá provocar um decréscimo de 10% na produção de açúcar. No norte do Paraná, onde a geada foi bastante rigorosa, esperava-se inicialmente uma perda de até 15%, o que foi minorado em função de melhores condições climáticas que se seguiram. De maneira geral, um maior agravamento dos danos fica na dependência das condições climáticas que venham a prevalecer até o final da safra, pois, caso ocorram chuvas sobre o canavial atingido, será acelerado o processo de deterioriação da cultura.

As conseqüências sobre a produção de álcool, por sua vez, serão pequenas, tendo em vista que a geada provoca na cana um processo de inversão da sacarose em glicose, o que a torna imprópria para a produção de açúcar, mas aproveitável na produção de álcool. Por outro lado, as recentes medidas do IAA não indicam uma opção de sacrifício da meta fixada para a produção de álcool neste ano, como forma de garantir o abastecimento de açúcar para consumo doméstico. O fornecimento de açúcar para o mercado interno ficará assegurado, mediante a suspensão de novas exportações de açúcar demerara.

Entretanto, os mais graves prejuízos serão sentidos na próxima safra. Avalia-se que, no estado de São Paulo, a chamada *cana de ano e meio*, que havia sido plantada em janeiro de 1981, e que seria colhida em junho de 1982, foi completamente danificada, o que representa uma perda física de 20% na próxima safra. Além disso, a cana-de-açúcar que já havia sido cortada antes das geadas teve suas primeiras brotações mortas. Este fato significará um atraso na data de início do corte, bem como um decréscimo no rendimento da cultura no próximo ano. Outro efeito danoso para a safra 1982/83 será a escassez de mudas para o plantio, visto que estas foram quase que completamente destruídas pela queima de canas novas. Na falta de mudas, os produtores serão obrigados a utilizar as áreas desocupadas para o plantio de culturas alimentícias.

No restante da região Centro-Sul, a safra atual deverá transcorrer normalmente. No Rio de Janeiro, o IAA fixou uma meta de produção de açúcar 8% abaixo da estabelecida no ano anterior, em virtude das difíceis condições estruturais por que passa a agroindústria açucareira do estado. Para o álcool ficou determinado um objetivo de produção superior em 55% ao firmado em 1980. A performance da atual safra mostra-se favorável, em virtude dos intervalos regulares de chuva que ocorreram no período de plantio. Sem que tenha havido um aumento expressivo da área plantada, o estado deverá cumprir suas metas de produção de 483 mil toneladas de açúcar e de 140 milhões de litros de álcool. Para a safra vindoura, porém, deverá ser sentido novamente o efeito da estiagem que perdura desde o mês de maio na região.

A safra do Nordeste, que tem seu início em setembro, apresenta indícios de frustrações das metas estabelecidas pelo IAA, principalmente nas áreas mais castigadas pela seca. O estado de Pernambuco, que deveria ser responsável por 45% da produção de açúcar e 31% da produção de álcool na região, pode sofrer um decréscimo entre 5% e 10% do total de cana moída para o atual ano-safra. A Zona da Mata-Norte está sujeita às maiores perdas, devido à ausência de chuvas nos dois últimos meses, o que prejudica o desenvolvimento da cultura. A Zona da Mata-Sul provavelmente manterá o mesmo nível de produção do ano anterior. As conseqüências da estiagem poderão ainda ser atenuadas, caso o próximo verão seja mais úmido. Em Alagoas, estado responsável por 40% da produção de açúcar e 44% da produção de álcool na região, é provável que os resultados previstos sejam alcançados, desde que nos próximos dois meses (setembro e outubro) o clima apresente-se úmido.

A lavoura canavieira do Nordeste ainda continuará apresentando baixos níveis de produtividade. Para esta safra, os resultados do rendimento agrícola poderão agravar-se, diante da pequena utilização de fertilizantes por parte dos produtores, durante o período de plantio, ocasionado pelo elevado custo destes insumos. A indústria do açúcar também permanecerá sofrendo de uma pronunciada capacidade ociosa, podendo repetir-se os mesmos acontecimentos do ano anterior, quando a moagem foi suspensa, antes do término oficial da safra, por falta de matéria-prima. O aumento da área plantada, previsível para o Norte-Nordeste,

deverá ocorrer em novos estados produtores, como o Maranhão e a Bahia, que vêm implantando projetos vinculados ao Programa do Álcool. Nos estados de Alagoas e Pernambuco, as áreas aptas e disponíveis mostram-se escassas, devendo, nesta safra, ocorrer uma expansão bastante restrita. Esta limitação torna-se maior, na medida em que os recursos provenientes do crédito de investimento têm sido insuficientes para a realização de novos plantios.

As geadas no Centro-Sul e as secas no Nordeste constituem-se nos mais recentes desafios para a agroindústria açucareira do país, já envolvida com problemas anteriores de difícil superação. No caso das áreas atingidas pelas geadas, os prejuízos advém não somente das perdas físicas na produção, como também dos custos decorrentes de acréscimo de serviços nas lavouras afetadas. Estes novos ônus para os produtores serão provenientes da necessidade de tratamento das canas plantadas neste ano com adubação, aplicação de herbicidas para destruir o mato emergente, e em alguns casos, corte, enleivamento e cultivo de novas plantas. Deve-se ainda considerar a necessidade de uma maior agilização do corte, para evitar o risco de incêndio nos canaviais. Os gastos adicionais oriundos destes serviços fizeram com que o setor reivindicasse um reajuste de 62% no preço da cana, além da antecipação da data de vigência do novo preço para 1º de setembro. O pedido de majoração do preço da cana foi igualmente assumido pelos fornecedores nordestinos que acusam um considerável incremento em diversos itens que compõem a estrutura de custo de produção de seu produto. Segundo estes fornecedores, desde o reajuste de maio passado, os custos de fertilizantes, equipamentos, maquinaria e mão-de-obra tiveram um crescimento bastante elevado, deixando o preço atual da cana em um nível incompatível para com a remuneração do esforço produtivo. Acrescente-se, ainda, a alta da taxa de juros do crédito para custeio, agora fixada em 45%, o que contribuiu para aumentar os encargos financeiros do setor. Finalmente, com relação ao crédito de investimento, sua oferta é apontada como insuficiente para as necessidades de renovação dos canaviais e para a aquisição de máquinas agrícolas.

Um outro problema que afeta mais especificamente a lavoura nordestina é a crescente evasão de mão-de-obra jovem da atividade do corte de cana. Em Pernambuco, onde a topografia não permite a substituição adequada de mão-de-obra por equipamentos mecanizados, a questão torna-se relevante.

A indústria do açúcar, por sua vez, também reclama de sua descapitalização. A medida do Conselho Monerátio Nacional, que reduziu os percentuais de financiamento da ***warrantagem*** (estoques de açúcar e álcool pelas próprias usinas) para 70% no Norte-Nordeste e 50% no Centro-Sul vem sendo considerada como uma nova sobrecarga a pesar sobre o setor industrial.

Álcool

O reconhecimento, por parte de autoridades governamentais, da impossibilidade de cumprimento da meta de produção de 10,7 bilhões de litros de álcool na safra 1985/86, é conseqüência de um conjunto de dificuldades que o Programa Nacional do Álcool vinha atravessando nos últimos meses. Assim sendo, o adiamento daquela meta não significa uma nova direção na política energética e, sim, seu enquadramento em uma base mais realista, que considera as atuais dificuldades orçamentárias do país, bem como os problemas específicos com que se defronta o Programa do Álcool.

Com 389 projetos aprovados que, uma vez implantados, garantem uma produção de 9,1 bilhões de litros, o Proálcool encerrou o primeiro semestre deste ano diante da expectativa de uma série de questões ainda por definir. A primeira delas diz respeito à capacidade de funcionamento pleno das destilarias. Isto porque, com a expansão do Programa, a oferta de matéria-prima passou a ser insuficiente para as exigências das novas destilarias. Para superar este problema, fazia-se necessário o plantio de viveiros para a reprodução de novos canaviais, o que representaria uma demora de alguns anos para que se obtivesse o completo fornecimento da matéria-prima exigida. Desta forma, projetos aprovados até 1982 não conseguiriam funcionar a plena capacidade, até 1985. Este fato, portanto, já indicava a dificuldade de realização da meta de 10,7 bilhões de litros na safra 1985/86.

Entretanto, os problemas enfrentados pelo Proálcool não se esgotam na questão da capacidade

ociosa dos projetos industriais já implantados. Pode-se afirmar que o Programa sofre, no momento, grave crise de confiança, tanto por parte dos consumidores, quando dos produtores de álcool. Para que se possa compreender os motivos que provocaram esta crise, deve-se observar a trajetória mais recente do Proálcool.

No ano passado, o mercado consumidor do álcool para finalidades energéticas sofreu forte expansão, tomado que foi por verdadeiro estado de euforia, perante os estímulos econômicos oferecidos aos usuários de veículos movidos a álcool. Em meados deste ano, com a demanda ainda super-aquecida, surgiram notícias que mencionavam a possibilidade de escassez do produto, nos postos de abastecimento. Esta ameaça, embora não se tenha concretizado, causou profundo abalo na confiança de futuros consumidores deste produto energético. Por outro lado, a exigência de utilização nos automóveis a álcool de um selo especial para evitar fraudes nos postos de serviço e os reajustes no preço deste combustível, reduzindo a diferença em relação ao preço da gasolina, diminuíram a atratividade daquele energético.

O maior impacto, porém, ficou por conta do desempenho dos automóveis a álcool, cujo rendimento mostrou-se abaixo das normas técnicas estabelecidas. O resultado deste conjunto de fatores, combinado com as atuais dificuldades econômicas experimentadas pelos consumidores de bens duráveis, motivou uma queda na taxa de crescimento do consumo de álcool carburante no país, assim como reduziu drasticamente a procura de automóveis movidos por este combustível.

Os produtores de álcool, por sua vez, reclamam de indefinições que perduram na implementação do Programa. Um exemplo disto foi a suspensão da contratação de novos projetos em agentes financeiros, no início de junho último, ocasionada pela superação do orçamento do programa para este ano. Embora as contratações tenham sido reabertas em agosto, a liberação dos recursos sairá apenas para o próximo ano. Por outro lado, as decisões do Conselho Monetário Nacional, em dezembro do ano passado e janeiro deste ano, que aumentaram o custo financeiro dos projetos, repercutiram sobre os empresários interessados no Programa, que passaram a ter um maior cuidado para com os investimentos que pretendiam realizar. Por fim, um terceiro motivo de insatisfação para os produtores de álcool é o atual preço estabelecido para o produto, o que tem levado à sugestão de uma relação de paridade com o açúcar, mais favorável para o álcool.

A análise dos problemas por que passa o Programa Nacional do Álcool exige que ainda se apontem alguns fatores capazes de explicar a condução da atual política energética.

Em primeiro lugar, deve ser considerado o fato de que os preços do petróleo importado vêm alcançando, em 1981, relativa estabilidade. Devido a isto, não se registra a necessidade imediata de qualquer aceleração em programas alternativos de energia.

Em segundo lugar, o Proálcool não tem como escapar das restrições orçamentárias impostas pela atual situação econômica do país. Afora os vultosos financiamentos exigidos para a implantação agrícola e industrial do Programa, é importante lembrar que o custo atual de produção de gasolina mostra-se ainda inferior ao preço de aquisição do álcool, por parte do governo.

Por último, deve-se considerar o fato de que o álcool limita-se à substituição da gasolina. Neste sentido, os atrasos em programas alternativos para o óleo diesel e para o óleo combustível impedem a redução das importações de petróleo, objetivo no qual o Proálcool encontra sua razão de ser.

CARNE

OS ESTOQUES DE CARNE CONGELADA DA COBAL E A MAIOR OFERTA DE BOIS TERMINADOS DEVERÃO PERMITIR A TRANQÜILIDADE DO MERCADO CONSUMIDOR, ATÉ O FINAL DO ANO. OBSERVA-SE, NO ENTANTO, UMA LEVE TENDÊNCIA PARA AUMENTO NO ABATE DE MATRIZES QUE, SE INTENSIFICADA, PODERÁ TRAZER TRANSTORNOS À OFERTA DE CARNES A PARTIR DA SAFRA 1983/84.

Comparativamente ao ciclo anterior, completado no intervalo de oito anos (1969/77), o ciclo atual da pecuária bovina, iniciado em 1977, deverá apresentar uma duração bem menor, uma vez que o preço interno da carne de gado atingiu o nível recorde (Cr$ 3.822,00* pela arroba de boi gordo) em 1979, isto é, em apenas dois anos (ver Gráfico 1).

O caminho, permanentemente ascendente, trilhado pelo preço real da arroba do boi gordo, em que, de um modo geral, o vale de um ciclo situa-se acima do vale imediatamente anterior (ver Gráfico 2), explica a rápida reação do mercado à alta observada em 1979, e a queda no consumo da carne bovina verificada no país, a partir da segunda metade da década de 70. No caso, a manutenção dos níveis de absorção de proteínas de origem animal pelo consumidor foi concretizada pelo maior consumo de aves que, no período de 1975 a 1980, cresceu de 4,6 kg para 8,7 kg *per capita*. Este fato tornou-se possível pela menor variação do poder de compra do salário mínimo em relação à carne de frango (praticamente estável no período) comparativamente ao da carne bovina, que declinou 23,6%, de 1975 a 1980.

Muito embora não se possa determinar o número de anos que se levará para alcançar o vale dos preços do presente ciclo da pecuária bovina, nem mesmo se ele se situará abaixo do vale anterior (Cr$ 1.807,00*/arroba, cotação média de 1977), o certo é que a presente queda nos preços da carne reflete a retração geral do mercado, característica da conjuntura recessiva por que passa a economia brasileira.

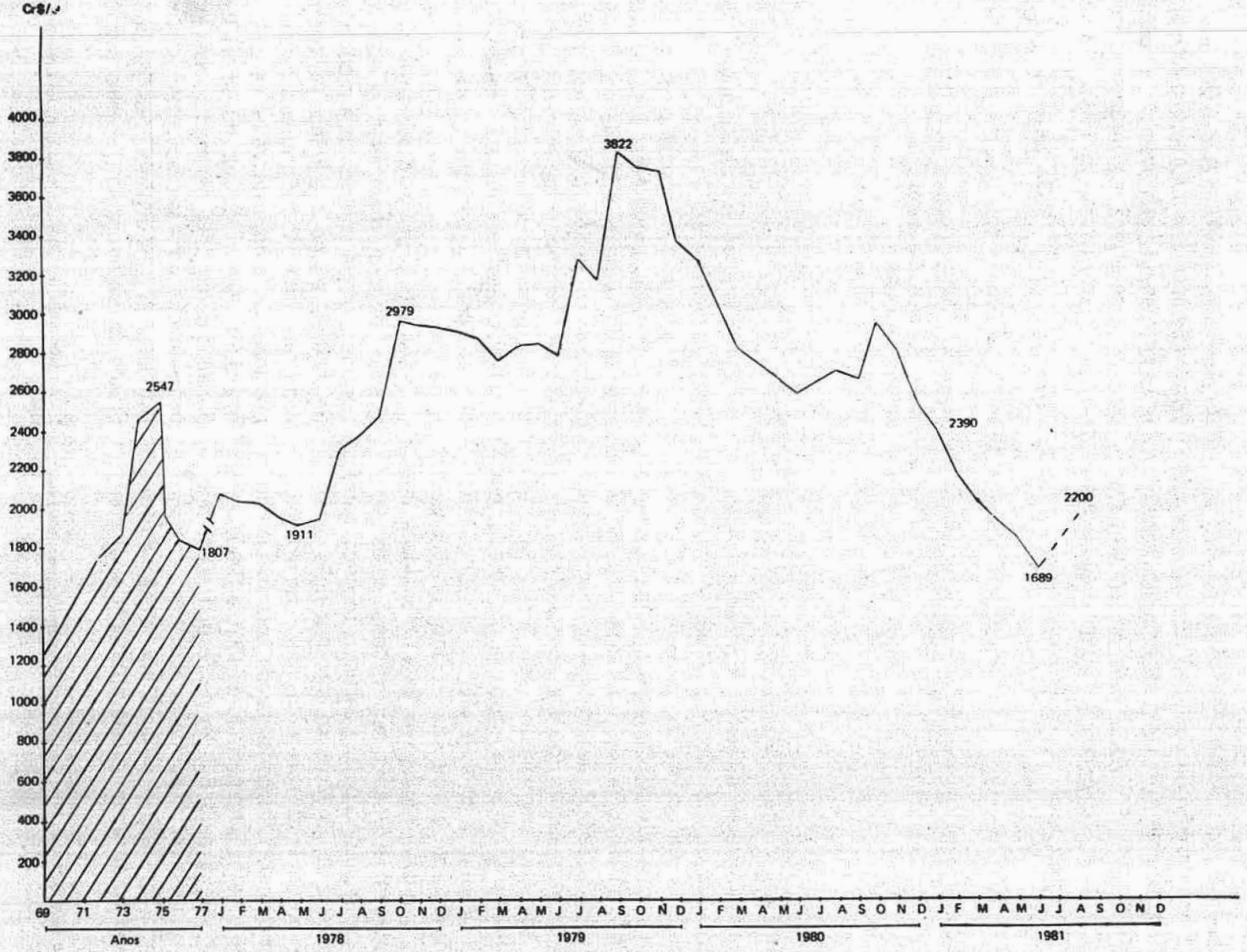
Durante o primeiro semestre de 1981, os preços do boi gordo mantiveram-se estáveis em termos nominais, o que significa uma redução no valor real de 29% entre janeiro e junho. Ao contrário, o mercado retalhista não refletiu essa mesma estabilidade nominal. Os preços da carne vendida pelos supermercados, dentro do acordo setorial feito com a Sunab, subiram 29% em média (ver Quadro 1) conforme dados da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, os preços do traseiro e do dianteiro tiveram aumentos

* Corrigido pelo IGP, col. 2 de Conjuntura Econômica, para julho de 1981.

* Corrigido pelo IGP, col. 2 de Conjuntura Econômica, para julho de 1981.

GRÁFICO 1

ESTADO DE SÃO PAULO – Preços Reais do Boi Gordo – 1969/77 (Médias Anuais); 1978-81 (Médias Mensais)



FONTE: IEA (Valores Corrigidos pelo IGP, col. 2, de Conjuntura Econômica, para julho de 1981).

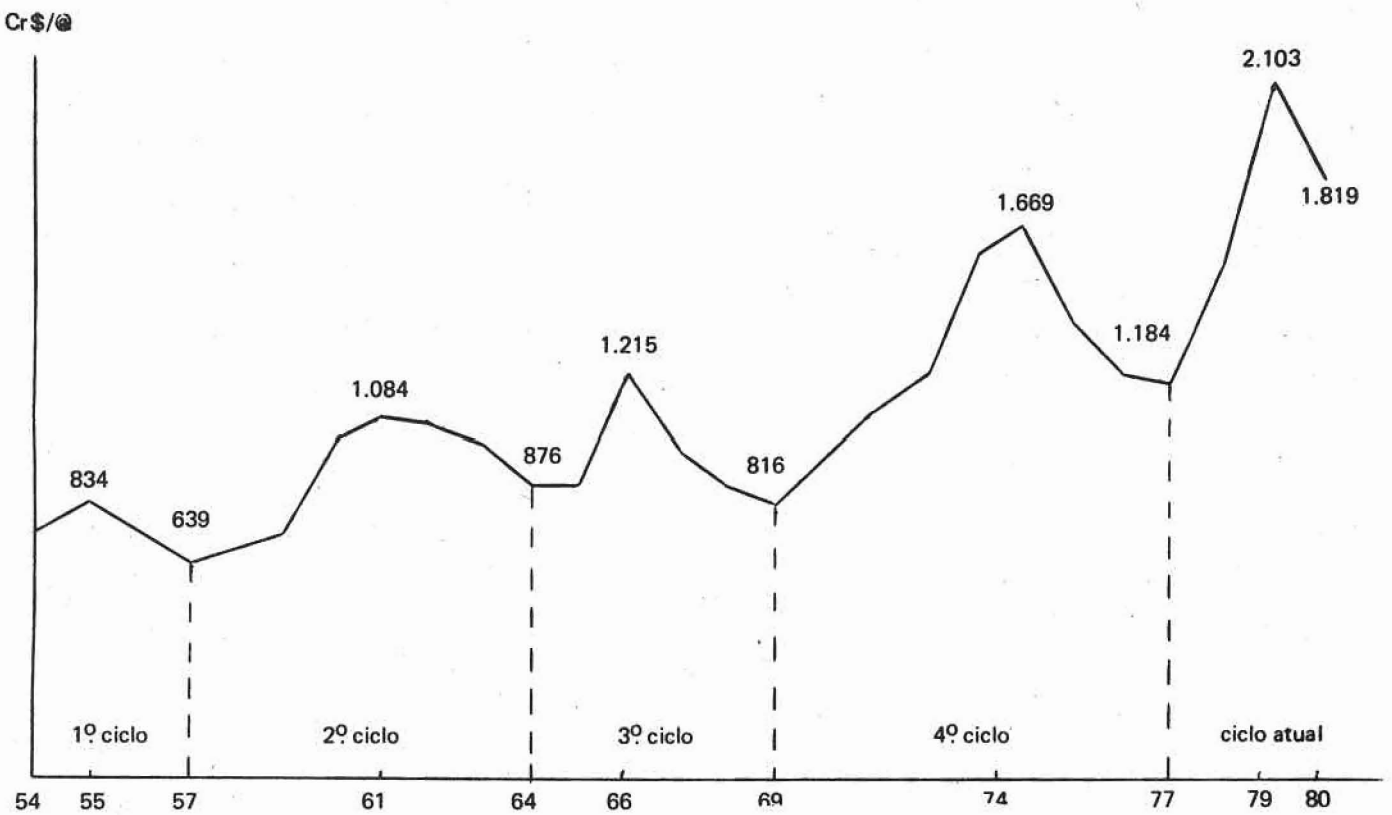
idênticos para os supermercados. O aumento mais recente, datado de 24 de agosto, eleva o acumulado no ano para 50% no nível de varejo. Na realidade, somente os aumentos verificados após a geada refletem a alta do boi gordo, que subiu 30% a partir de 20 de julho. Considerando-se a estabilidade nominal dos salários por seis meses, a erosão média ponderada da capacidade de compra de carne bovina pelo consumidor que teve reajuste salarial em dezembro pode ser considerada de 14,4%, equivalente à metade do aumento da carne no primeiro semestre de 1981. Essa conclusão é feita partindo-se do princípio de que cada reajuste salarial restaura o poder de compra do consumidor.

A geada ocorrida na segunda quinzena de julho revestiu-se de características inusitadas, não só pela sua abrangência mas também pela intensidade. Atingiu indiscriminadamente pastagens das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Goiás e Mato Grosso do Sul que, normalmente, escapam ilesos dessas ondas frias, tiveram também atingidas as pastagens situadas bem ao sul. Como agravante, alguns estados, como o Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul foram assolados por um veranico, propiciando condições para irrupções de fogo nos pastos.

Antes da geada, a previsão era de que os preços do boi gordo atingiriam um teto de Cr$ 2.300,00/arroba, em novembro de 1981. Após esta adversidade climática, uma certa especulação tomou conta do setor, prevendo-se, então, algo em torno de

GRÁFICO 2

*ESTADO DE SÃO PAULO: Evolução dos Preços Reais * Recebidos pelos Produtores de Boi Gordo – Cr$/@ – 1954/80*



*Deflacionado pelo IGP – Col. 2 de Conjuntura Econômica, para dezembro de 1980.
FONTE: IEA (SP).

Cr$ 2.700,00/arroba, valor confirmado pelo mercado de futuros da bolsa de São Paulo, para os meses de outubro e novembro. No entanto, especialistas do setor informam que o efeito da geada será o de alterar o movimento da oferta de bois terminados nesta entressafra. A queima dos pastos forçará uma concentração da matança nos primeiros meses da entressafra, mesmo para aqueles invernistas que normalmente retêm suas reses para venda nos meses finais da entressafra, objetivando melhores preços. Aliás, esse fenômeno ocorreu em seguida à geada, quando os abates no final de julho e começo de agosto aumentaram. Neste período, os preços do boi gordo, que haviam atingido Cr$ 2.000,00/arroba, declinaram 10%, sem, contudo, refletirem-se no mercado retalhista.

A maior oferta de carne nesta entressafra encurtada (a safra 1980/81 prolongou-se até o início de julho) deverá facultar uma tranqüilidade maior ao mercado consumidor, no que se refere ao movimento dos preços. Acrescente-se que os estoques de carne congelada da Cobal, da ordem de 263,5 mil t, deverão atuar no mesmo sentido, inibindo altas indesejáveis no nível de retalho.

O fato de o nível dos estoques em poder da Cobal ser o mais elevado dos últimos anos promove uma certa ansiedade, entre os pecuaristas, pela possibilidade de frear, até mesmo, uma alta considerada normal na entressafra. Além disso, o escoamento da carne congelada poderá não se efetivar totalmente no período de entressafra, devido à magnitude dos estoques. Neste caso, o prolongamento da distribuição da carne congelada, ou mesmo o espectro da existência de estoques remanescentes, poderá influenciar depressivamente os preços do boi terminado durante a safra 1981/82, contrabalançando

QUADRO 1

CIDADE DO RIO DE JANEIRO — Preços da Carne Bovina por Tipo de Corte, em Supermercados — 1º Semestre de 1981
(Cr$/kg)

Discriminação	1º/01/81	A partir de 12/01/81	A partir de 03/02/81	A partir de 29/06/81
Carne de 1ª				
Contra-filé:	183,00	210,00	253,00	262,00
Alcatra	173,00	198,00	239,00	247,00
Chã, patinho, lagarto plano	157,00	180,00	217,00	225,00
Lagarto redondo	162,00	186,00	224,00	232,00
Moída de primeira	157,00	180,00	217,00	225,00
Músculo de primeira	157,00	180,00	217,00	225,00
Carne de segunda				
Pá, acém	120,00	136,00	152,00	160,00
Peito	112,00	127,00	142,00	150,00
Moída de segunda	120,00	127,00	142,00	160,00
Músculo de segunda	112,00	127,00	142,00	150,00
Capa e aba de filé	112,00	127,00	142,00	150,00
Costela	86,00	97,00	109,00	115,00
Preço Médio	137,58	156,25	183,00	191,75

FONTE: ASSERJ.

o efeito estabilizador decorrente do maior volume de abates previsto para a presente entressafra.

O declínio dos preços em nível do produtor, a partir de 1980, não tem exercido uma influência ponderável na relação machos/fêmeas dos animais encaminhados aos matadouros. Neste sentido, a retórica dos produtores, quando falam de uma nova onda de liquidação do rebanho, reveste-se de um caráter preventivo. Em São Paulo. o nível de abate de matrizes, no primeiro semestre de 1981, situou-se muito abaixo do percentual considerado limiar de redução do rebanho (ver Quadro 2). Os números do Sindicato das Indústrias de Frio de São Paulo, referentes a julho, revelam uma tendência, ainda que leve, de aumento da matança de ventres. Talvez o alerta dos pecuaristas provenha da detecção dessa tendência.

Em Minas Gerais, o número de abates no primeiro semestre de 1981 praticamente equivaleu ao de igual período do ano passado. A proporção de abates de matrizes, no entanto, foi de 28,8%, percentual bem acima do de 1980 (23,5%). Destaque-se, porém, que a relação fêmeas/machos no abate estadual é sempre mais elevada do que nos outros estados, por ser zona de cria e de maior concentração de gado leiteiro. Além disso, cabe lembrar que a proporção de abates de matrizes, nesse período mais recente, foi praticamente idêntica à de 1979, ano em que a cotação da carne foi a mais elevada dos últimos tempos.

Ao contrário, no Rio Grande do Sul, a proporção de abates de matrizes, ao longo do primeiro semestre de 1981, revelou um percentual dois pontos menor do que em igual período do ano passado. O abate do mês de junho, porém, indica uma leve tendência de recrudescimento do abate de ventres férteis no estado, analogamente ao que ocorreu em São Paulo.

Parece haver um consenso por parte dos pecuaristas dos principais centros produtores com relação ao que irá prevalecer, no curto prazo, no mercado de carne bovina. A expectativa geral é que, devido à grande quantidade de bois terminados e ao estoque de carne congelada da Cobal, não haverá a recuperação de preços que ocorre normalmente na entressafra. Neste sentido, as esperanças dos pecuaristas estão concentradas no mercado internacional, uma vez que, se houver a absorção das 300 mil t (equivalente carcaça), o setor poderá sentir um alívio, ainda que parcial. Isto porque os preços reais atuais do boi gordo correspondem a aproximadamente 50% da cotação de setembro de 1979 (Cr$ 3.824,30/arroba). Para especialistas do setor, essa depressão nos preços veio de forma vertiginosa, coincidindo com a fase de recomposição do rebanho. Essa nova carga de desalento encontrou o setor ainda no processo de rescaldo da grande baixa de 1977, que provocou um grande número de abates de fêmeas. Para o setor de pecuária bovina, em que um boi necessita de quatro anos para ir ao abate, a rapidez com que sobem e caem os preços provoca uma turbulência muito grande no

QUADRO 2

RIO GRANDE DO SUL, SÃO PAULO e MINAS GERAIS – Abate Acumulado de Bois e Vacas no Primeiro Semestre de 1980 e de 1981 (em cabeças)

Estados	1º semestre de 1980				1º semestre de 1981			
	Bois	Vacas	Total	Vacas (%)	Bois	Vacas	Total	Vacas (%)
Rio Grande do Sul	485.988	236.382	722.382	32,7	500.889	222.109	722.998	30,7
São Paulo	1.120.651	133.826	1.254.477	10,7	1.132.441	135.063	1.267.504	10,7
Minas Gerais	510.331	156.844	667.175	23,5	478.834	193.847	672.681	28,8

FONTE: RS (DPA-SA), MG (SIF), SP (Sindicato da Indústria do Frio, no Estado de São Paulo).

mercado, gerando um descontrole no planejamento do setor produtivo.

Quanto à ação do governo federal no setor, as opiniões são desencontradas. Determinadas áreas consideram correta a política governamental, na presente conjuntura, uma vez que, para o pecuarista, o fundamental é ter o mercado aberto para a colocação da carne produzida. Na atualidade, esse objetivo só tem sido alcançado com a intervenção oficial, que alocou Cr$ 46 bilhões para a estocagem de carne para distribuição e mais Cr$ 15 bilhões para financiar exportações. Em suma, o "enxugamento" temporário (ainda que para estocagem) do mercado, via apoio do governo, foi vital para o setor.

Contrariamente, há os que consideram perniciosa a ação governamental. De acordo com este ponto de vista, os estoques de carne da Cobal passaram de meros reguladores de mercado, na entressafra, para algo como uma tábua de salvação do setor. Isto porque, ao invés de apenas regular a oferta, em período de escassez, assumiram o comando do preço ao longo do ano inteiro. Além disso, a Cobal não se tem preocupado com a melhoria da qualidade da carne produzida, através de uma melhor tipificação da carcaça para aquisição. Atualmente, sua atuação permite a estocagem e o transporte de osso. Se o estoque regulador fosse de carne desossada, haveria uma economia não só no transporte, mas também de 25% no espaço frigorificado. Esse aspecto deveria ser objeto de maior preocupação na área oficial, uma vez que quase toda carne *in natura* exportada é desossada. Desse modo os frigoríficos que estocam carne congelada deveriam dispor de seção de desossagem. Por outro lado, a estocagem de animal vivo, via confinamento na entressafra, tem sido muito pouco estimulada, pelo fato de a Cobal não remunerar convenientemente o produto de alta qualidade.

No que diz respeito à pretensão de "enxugar" o mercado, através da exportação de US$ 620 milhões, correspondendo a 300 mil t, em equivalente carcaça de carne bovina, a meta deverá ser praticamente concretizada. Segundo dados da Cacex, as vendas registradas até meados de agosto perfaziam um montante da ordem de US$ 250 milhões, correspondendo a US$ 68 milhões de carne fresca e congelada (23 mil t) e o saldo de carne industrializada. Somente no Rio Grande do Sul, as exportações no primeiro semestre de 1981 atingiram US$ 63,85 milhões, 64% a mais do que em igual período do ano passado. Releva mostrar, porém, que a investida brasileira ocorre num momento de excesso de oferta do mercado internacional (ver **Agroanalysis**, vol. 5 nº 7). Esse fato fica evidenciado pelo preço médio da carne, fresca ou congelada, obtido pelas vendas efetuadas no primeiro semestre, 32,9% abaixo da média registrada em igual período de 1980.

Em relação à carne industrializada, as cotações internacionais também declinaram, embora em menor grau. De janeiro a junho, o preço médio das exportações de carne industrializada caiu 3,2%. Mais recentemente, a queda dos preços se acentuou: o preço da caixa de carne industrializada (12 latas de 370 g) que era de US$ 27,00, em janeiro, passou para US$ 22,50, em julho. Desse modo, o Brasil escolheu um ano pouco propício para fazer seu reingresso no comércio internacional de carne bovina, em razão não só da situação de maior oferta, mas também pela agressividade com que a CEE e a Argentina vêm disputando fatias deste mercado. Caso se atinja a meta colimada, a vantagem brasileira será apenas a de reconquistar determinados mercados, uma vez que o volume de divisas auferidas provavelmente não compensará os subsídios despendidos.

Pelos motivos expostos, os pecuaristas não alimentam a esperança de que a temporada 1981/82, a se iniciar em novembro, promova uma retomada dos preços em níveis tais que permitam a continuidade do processo de ampliação do rebanho, iniciado em meados de 1978. Mesmo porque, há um consenso no setor de que o pico alcançado, em setembro de 1979, foi excessivamente alto, dentro das condições prevalecentes no mercado, provocando a imediata retração do consumidor, com os preços despencando de forma abrupta. Há, pois, um temor generalizado de que, uma vez anulada a alta recente pela entrada da Cobal no mercado, e persistindo os níveis atuais de preços, a tendência, detectada nos últimos meses, de abate de matrizes, poderá fortalecer-se, provocando uma crise de gravidade ainda maior na temporada 1983/84. No plano do consumidor, essa situação poderá ser amenizada, no entanto, se houver uma reativação da suinocultura e da avicultura, atividades que, por evoluírem a reboque da pecuária bovina, atravessam, no momento, uma fase crítica.

LARANJA

CASO SEJAM CONFIRMADAS AS ESTIMATIVAS REFERENTES À QUEBRA DA PRODUÇÃO DA FLÓRIDA, EM OUTUBRO, AS PERSPECTIVAS DE EXPORTAÇÃO DE ATÉ 501 MIL T DE SUCO BRASILEIRO SERÃO BASTANTE FAVORÁVEIS. ASSIM, O PAÍS PODERÁ OBTER UMA ARRECADAÇÃO INÉDITA COM AS VENDAS EXTERNAS DO PRODUTO, EM 1982. TAL ÊXITO, PORÉM, SERÁ DEVIDO, BASICAMENTE, A UM CAPRICHO CLIMÁTICO.

As exportações brasileiras de suco de laranja concentrado que, no primeiro semestre deste ano, renderam ao país US$ 294,4 milhões, deverão alcançar, em 1981, a cifra recorde de US$ 550 milhões, 62% superior ao total arrecadado com a exportação do produto, em 1980.

O notável desempenho do setor, no corrente ano, só foi possível graças à ocorrência de geadas na Flórica, no mês de janeiro, que destruíram cerca de 16% da produção de laranja daquele estado americano, responsável por aproximadamente 80% da produção de cítricos do país. Como a Flórida é, praticamente, o único fornecedor de matéria-prima para a indústria norte-americana de sucos, a quebra na produção de laranjas daquele estado, segundo as últimas estimativas, resultará numa redução de cerca de 65 milhões de galões de suco concentrado de laranja, 28% da produção estimada para o ano comercial americano 1980/81, que terminará em 30 de outubro próximo.

Assim, a citricultura brasileira, que já se encontrava às portas de uma nova crise, em função da recuperação dos pomares norte-americanos dos efeitos negativos de geadas anteriores, foi salva por mais um capricho climático. De fato, a geada que ocorreu em 1977, na Flórida, quebrou a produção norte-americana nas mesmas proporções da de janeiro deste ano e resultou em safras menores em 1977 e 1978, quando o Brasil conseguiu expandir significativamente sua exportação de suco. No entanto, já em 1979, os laranjais norte-americanos começavam a se recuperar, o que prejudicou as vendas brasileiras de suco concentrado de laranja para os EUA, acarretando, conseqüentemente, a formação de um estoque de cerca de 70 mil toneladas de suco. Juntando-se a isto a queda registrada no consumo dos países industrializados, em 1980, em virtude da crise econômica mundial, havia o risco, segundo estimativas preliminares, de que o Brasil chegasse a 30 de maio passado (término do ano comercial brasileiro) com um estoque final de aproximadamente 200 mil t de suco da safra 1980/81.

Deste modo, as perspectivas para o ano comercial 1981/82, iniciado em 1º/6/81, não eram nada otimistas, considerando-se que o desempenho do mercado mundial do suco de laranja deveria ser o mesmo de 1980/81 e que os EUA colheriam, em 1980/81, (colheita iniciada em março) uma excelente safra, 1% superior à produção do ano prece-

dente e 11% maior do que a da safra 1978/79. Concretizadas estas expectativas, haveria uma produção de 240 milhões de galões de suco concentrado de laranja que, somados ao estoque remanescente da safra 1979/80, possibilitariam o pleno abastecimento do mercado interno norte-americano, cujo consumo experimentou um crescimento de 11%, em 1980. As estimativas anteriores à geada de janeiro revelavam que as importações norte-americanas de suco proveniente do Brasil ficariam em torno de 18 milhões de galões, sendo a maior parte delas feita no sistema de ***draw back***, isto é, voltariam ao mercado internacional, seguindo um grande volume para o Canadá, principal mercado consumidor do suco exportado pelos EUA.

Após a ocorrência da geada, entretanto, as primeiras estimativas feitas pela indústria norte-americana davam conta de uma quebra na produção de suco em torno de 65 milhões de galões a 43,4º Brix. Conseqüentemente, a importação de suco proveniente do Brasil ascenderia a cerca de 45 milhões de galões (equivalentes a aproximadamente 142 mil t de suco a 65º Brix) até 30 de outubro de 1981, quando termina o ano comercial norte-americano. A importação deste volume de suco deverá ser suficiente para cobrir o déficit norte-americano, embora a quebra esperada na produção seja de 65 milhões de galões. Isto reflete uma expectativa de queda no consumo interno daquele país, em decorrência da elevação ocorrida no preço do produto no comércio varejista norte-americano. Um exemplo disso é que, enquanto o preço médio, em 1979, foi de US$ 0,32/lata de 170 g, no ano passado este preço caiu para US$ 0,29, chegando a alcançar, no final de 1980, US$ 0,22. Logo após a geada, subiu para US$ 0,35, mantendo-se estável neste nível até agora. Deve-se ressaltar, entretanto, que a esperada queda no consumo norte-americano não havia ocorrido até o mês de julho passado, o que poderá acarretar uma maior importação por parte dos Estados Unidos.

A partir de janeiro, os EUA entraram no mercado comprando quantidades adicionais de suco para abastecer seu mercado interno. Além disso, os demais países consumidores também elevaram suas compras, tentando, assim, formar estoques antes que o preço do produto se elevasse ainda mais. As exportações brasileiras de suco, para os países europeus, sofreram, porém, um certo desaquecimento, em virtude do elevado preço do produto, causado pela valorização do dólar norte-americano frente às principais moedas européias. As cotações do suco concentrado de laranja na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque apresentaram uma elevação de 67% nos primeiros trinta dias após a geada, continuando a subir durante os meses de fevereiro, março e abril. No dia 6 de abril, a cotação atingiu US$ 1,54/lb de sólido solúvel, valor máximo alcançado pelo produto desde a geada de janeiro. De abril em diante, as cotações do produto mantiveram-se estáveis no nível médio de US$ 1,35/lb de sólido solúvel, nível que deverá ser mantido até o início de outubro, quando o USDA fará sua primeira estimativa da produção norte-americana de laranja da safra 1981/82.

Assim, o estoque remanescente brasileiro da safra 1980/81, cujo ano comercial terminou em 31 de maio próximo-passado, foi bastante reduzido pelo efeito provocado indiretamente pela geada norte-americana. Com efeito, de um estoque previsto inicialmente entre 180 mil t e 200 mil t de suco, somente restaram, no final do ano comercial, 56 mil t, segundo dados fornecidos pela indústria à Cacex. A estas 56 mil t deverão somar-se aproximadamente entre 450 mil e 460 mil t, provenientes da safra 1981/82, que começou a ser esmagada em 1º de junho passado. Isto resultará numa oferta total de 506 mil a 516 mil t de suco a serem comercializadas no período que vai de 1º de julho de 1981 a 31 de maio de 1982 (ver Quadro 1). Deste total, cerca de 15 mil t deverão ser absorvidas pelo mercado interno, restando, assim, entre 491 mil e 501 mil t para serem escoadas para o mercado externo.

O mercado norte-americano, ao que tudo indica, deverá, no ano comercial que se inicia em 1º de novembro próximo, comprar cerca de 140 mil t de suco novamente, pois a produção de laranja da Flórida deverá permanecer nos mesmos níveis da safra 1980/81, podendo, mesmo, apresentar uma redução. Isto porque acredita-se que a geada tenha afetado uma parcela significativa das árvores, sendo necessária a sua erradicação. Em janeiro, grande parte das laranjas ditas precoces (***early*** e ***midseason***) que participam com cerca de 55% da produção total da Flórida, não chegou a ser severamente afetada, uma vez que já se encontrava num ponto de maturação em que os efeitos da geada são mínimos. Os prejuízos maiores da

QUADRO 1

BRASIL — Balanço entre a Oferta e a Demanda de Suco Concentrado de Laranja — Anos Comerciais[1] 1979/80, 1980/81 e 1981/82
(em t)

Discriminação \ Anos	1979/80	1980/81	1981/82[3]
Estoque inicial	38.000	70.000	56.000
Produção	430.000	450.000	450.000/460.000
Oferta total	468.000	52.000	506.000/516.000
Consumo Interno[2]	15.000	15.000	15.000
Exportações	383.000	449.000	471.000/481.000
Estoque Final	70.000	56.000	20.000

FONTE: Cacex, FAESP e ABRASSUCO.
[1] O ano comercial do suco, no Brasil, tem início em 1º de junho e termina em 31 de maio do ano seguinte;
[2] O consumo interno estimado encontra-se estável, há anos, devido às dificuldades estruturais que existem na distribuição;
[3] Estimativa preliminar.

geada, nesta safra, foram os sofridos pela variedade "Valência", 45% do total produzido no estado, por se encontrar ainda no estágio de desenvolvimento (ver Quadro 2). Além disso, a seca que se abateu sobre aquele estado nos meses de março e abril deve ter prejudicado a florada, reduzindo, assim, a produtividade da cultura. Os dados definitivos referentes às perdas reais ocorridas na produção citrícola norte-americana só serão conhecidos, porém, no início de outubro.

Caso os prejuízos sejam confirmados naquela ocasião, as perspectivas de exportação das 491/501 mil t de suco brasileiro serão bastante favoráveis para o ano comercial 1981/82. Isto irá possibilitar ao Brasil conseguir, novamente, em 1982, uma arrecadação recorde com a exportação do produto, devido a um preço médio possivelmente maior, beneficiando igualmente os segmentos agrícola e industrial do setor. Mais uma vez, a política de exportação deverá ter como objetivo principal não apenas os lucros imediatos mas, principalmente, a garantia de mercados consumidores. Estes só serão conseguidos se os preços de exportação do suco brasileiro forem mantidos num nível compatível com o poder aquisitivo dos consumidores.

Atualmente, as próprias características da citricultura brasileira sugerem uma situação tranqüila no mercado, no próximo ano. A produção paulista de laranja, que abastece totalmente a indústria nacional de suco, vinha, nos últimos anos, apresentando incrementos consecutivos, porém, dados preliminares relativos à próxima safra demonstram que a produção citrícola do estado deverá ficar entre 165/175 milhões de caixas, um pouco superior à safra 1980/81. Embora haja grande quantidade de pés novos entrando em produção, o que eleva a produtividade da cultura, a expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo tem causado a erradicação dos pés velhos e sua substituição por canaviais. Além disso, a geada ocorrida em julho, que deve ter afetado a atual safra em apenas 2% a 3%, poderá ter conseqüências maiores sobre a próxima safra, o que só poderá ser definido após a florada que se inicia em setembro. Mesmo assim, pode ser que, na próxima safra, a

produção apresente um aumento maior do que o previsto, dependendo dos fatores climáticos e, em última análise, da remuneração recebida pelo citricultor. No entanto, a elevação dos preços dos principais insumos em ritmo superior ao do preço recebido pelo produtor, pode acarretar a diminuição nos tratos culturais, como aconteceu na safra 1980/81, resultando numa queda no rendimento.

Mantidas as atuais perspectivas, o setor citrícola agroindustrial poderá passar por mais um período de tranqüilidade. Citricultores e industriais poderão, novamente, em abril ou maio de 1982, entrar em novo acordo sobre o preço de venda da laranja para a indústria, a exemplo do que aconteceu este

QUADRO 2

EUA — Produção de Laranja segundo as Variedades Cultivadas e os Estados Produtores — Safras[1] 1979/80 e 1980/81
(em t)

Discriminação por Variedades e Estados Produtores	Safra 1979/80 (A)	Estimativa anterior à geada (B)	B/A (%)	Safra 1980/81[2] Última estimativa (1º de julho) (C)	C/B (%)
Precoces	6.036.954,0	6.095.307	1,0	5.664.048	- 7,0
Flórida	4.810.320,0	4.692.000	- 2,5	4.308.480	- 8,2
Califórnia	1.109.052,0	1.258.740	13,5	1.224.720	- 2,7
Texas	88.665,0	115.650	30,4	100.230	-13,3
Arizona	28.917,0	28.917	—	30.618	5,9
Valências (tardias)	4.598.424,5	4.659.183	- 0,8	3.758.964	-19,3
Flórida	3.623.040,0	3.590.400	- 0,9	2.713.200	24,0
Califórnia	918.540,0	918.540	—	918.540	—
Texas	66.691,5	73.143	-18,9	57.834	-20,9
Arizona	90.153,0	77.100	15,6	69.390	-10,0
Total por Estado					
Flórida	8.678.160,0	8.514.960	-1,9	7.168.560	-15,8
Califórnia	2.027.592,0	2.177.280	7,4	2.143.260	- 1,6
Texas	155.356,5	192.750	-24,0	169.620	-12,0
Arizona	119.070,0	102.060	-14,3	88.452	-13,3
Produção Total	10.980.178,5	10.987.050	0,06	9.569.892	-12,9

[1] O ano-safra norte-americano se inicia com a florada em outubro e termina em abril/maio;
[2] Dados preliminares sujeitos a retificações.
FONTE: Fruit Situation — março de 1981: estimativas do USDA de 1º de janeiro e de 1º de julho — UNICOM NEWS.

ano, sem atritos e sem prejuízos para nenhuma das partes. Vale lembrar que o acordo feito entre os produtores e os industriais em 1980, referente ao preço que seria pago pela laranja, determinava que, para cada 10 mil t de suco a menos no estoque previsto de 200 mil t em 31 de maio, cada produtor receberia um adicional de US$ 0,015/caixa vendida para a indústria. Este adicional seria pago pelo setor industrial, após o levantamento dos estoques feitos em 31/5/81 por um comitê que reúne representantes da Cacex, dos produtores e da indústria, como forma de diminuir os prejuízos causados aos produtores pelo baixo preço recebido pela laranja.

Até o momento, no entanto, produtores e industriais ainda não conseguiram chegar a um consenso; primeiro, porque a maioria dos contratos de compra da fruta não especifica se o pagamento será feito com base na taxa cambial de julho de 1980, quando foi feito o acordo, ou na taxa vigente à época do pagamento. Neste caso, obviamente, os produtores são favoráveis à segunda hipótese, enquanto os industriais defendem a primeira. Outro ponto de atrito é a alegação da indústria de que não possui recursos para efetuar os pagamentos, tendo em vista que se considera muito onerada com a cobrança feita pelo governo (Cacex) da quota de contribuição regressiva, que terminou em 31 de dezembro do ano passado, substituída pelo Imposto de Exportação de 8% sobre o valor FOB. Este, por sua vez, foi logo substituído pela alíquota de 10% sobre o preço mínimo estabelecido pela Cacex, após a geada, de US$ 1.000/t. O atual esquema de exportação, definido pela Cacex, fixou em US$ 110/t o Imposto de Exportação, o que resultou num preço mínimo de US$ 1.100/t, já incluído o Imposto.

Realmente, a indústria, no ano passado, teve seus lucros muito comprimidos, de um lado pela redução no preço mínimo de exportação, associado à cobrança da quota de contribuição e, de outro lado, pelos elevados custos de armazenagem. Porém, as exportações de suco no ano comercial 1980/81, totalizaram aproximadamente 450 mil t de suco, volume de exportação recorde, a um preço médio entre US$ 950,00/1.000,00/t, o que, ao final, deve ter elevado significativamente os ganhos do setor industrial. Assim, não parece "justo" que esses ganhos fiquem apenas nas mãos dos industriais, pois, em épocas adversas, os prejuízos são divididos também com os citricultores.

A recuperação dos pomares norte-americanos, que deverá ocorrer na safra 1983/84, como em anos anteriores, dois ou três anos depois da geada, deverá encontrar no Brasil um produtor mais experiente. A busca de novos consumidores para o suco concentrado de laranja, nos mercados doméstico e externo, deverá ser, daqui para a frente, o principal objetivo do empresariado, mesmo que para isso sejam necessários investimentos de médio e de longo prazos. A consecução deste objetivo irá propiciar ao setor a base sólida sobre a qual se estruturou a citricultura norte-americana e sobre a qual deverá também se apoiar a citricultura brasileira. Somente desta forma o produtor brasileiro não mais dependerá da ocorrência de fatores aleatórios, sem os quais estaria vivendo, hoje, seguramente, a mais grave crise do setor. É necessário, além disso, que seja feito um planejamento básico, tanto no plano agrícola como no industrial, para que se conheçam as reais possibilidades de crescimento do setor citrícola, evitando, assim, que o crescimento exagerado acabe-se transformando num entrave a seu próprio desenvolvimento.

A expansão do setor agroindustrial de suco concentrado de laranja no Brasil teve como elemento propulsor a ocorrência de uma geada na Flórida (1962) e, de lá para cá, veio saindo das crises econômicas graças à ocorrência de novas geadas naquele estado produtor norte-americano. Foi, basicamente, sobre esta base frágil e aleatória, que foram feitos os investimentos que transformaram o Brasil no maior exportador mundial de suco cítrico e no segundo maior produtor mundial de suco e de laranja. É, pois, chegada a hora de se alicerçar o desenvolvimento deste setor num maior grau de planejamento, tanto do lado da oferta como da demanda. De nada adiantará a abertura de novas fábricas, como ocorreu em 1980, e o incremento da produção de cítricos, se não se conseguir escoar a produção. A formação de estoques, mesmo financiados com recursos a juros subsidiados, não irá melhorar a situação do ano seguinte a uma boa safra. Muito pelo contrário, o mercado internacional responderá imediatamente com preços cada vez menores, como aconteceu no final do ano passado, quando o produto brasileiro chegou a ser exportado por um preço que, se não era inferior ao custo, dele muito se aproximava.

LEITE

A CAUSA DA CRISE DO MERCADO LEITEIRO, MAIS GRAVE NO SETOR LATICINISTA, NÃO ESTÁ SOMENTE NO (PEQUENO) AUMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1981. INSERE-SE NUM QUADRO MAIOR – A CONJUNTURA RECESSIVA POR QUE PASSA O PAÍS. O VAIVÉM DA POLÍTICA VOLTADA PARA O SETOR NÃO PERMITE UMA VISÃO OTIMISTA PARA A SAFRA 1981/82.

Por vezes, os prejuízos advindos da descontinuidade de uma política setorial são proporcionais à complexidade do setor. É isto, certamente, o que vem acontecendo com a política do leite, a julgar pelo que ocorre no setor de produção e abastecimento deste produto, no país. O vaivém da política voltada para o setor repercute em todos os elos de uma extensa cadeia. Assim, os pastos, a alimentação suplementar, a genética do rebanho, as condições sanitárias da coleta, a racionalidade das linhas de coleta, o aproveitamento dos postos de resfriamento, as unidades industriais, a distribuição, a balança comercial, enfim, todos, do produtor ao consumidor, passando pelo transportador e pelo industrial, são afetados pela inconstância da política voltada para o setor leiteiro e laticinista do país.

Considerando a multiplicidade de fatores que está por trás da necessidade social de consumo de leite, sobretudo por parte da população infantil, torna-se imperiosa a manutenção de uma linha coerente de tratamento do problema, por uma década no mínimo, para que se produzam resultados.

A década de 70 foi palco de inúmeras crises de abastecimento de leite às áreas urbanas, culminando com a evasão de importante volume de divisas com a importação de leite em pó, nos últimos anos. Nesses períodos, prevaleceu o tabelamento dos preços, que protege o consumidor e desestimula a produção. A reativação recente de uma política de estímulo à produção, via preços remuneradores, voltou a colocar o leite no centro das discussões, ao longo do primeiro semestre.

A expansão da produção, em resposta ao estímulo-preço, não pode ser considerada causa dos transtornos havidos no mercado de derivados. Isto porque, mesmo em Minas Gerais, onde houve maior expansão da produção, os números não estão muito acima da produção de 1979. Este fato significa que a crise do mercado, mais grave no setor laticinista, tem como pano de fundo a conjuntura recessiva por que passa o país. No caso das indústrias de laticínios, cujos níveis de estoques já eram elevados, os novos preços do leite só fizeram agravar a crise. Dados do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Minas Gerais registraram uma queda de 50% na venda de queijos e de 35% na dos demais derivados lácteos, no segundo trimestre. O leite pasteurizado, que acusou uma queda de 10% nas vendas na semana

seguinte ao último reajuste, vem retomando os níveis normais de venda.

Com o agravamento da situação, a movimentação do setor laticinista tem sido intensa. As propostas iniciais de adiamento por noventa dias da data de vigência do último aumento e de boicote ao recebimento do leite foram frustradas. Mas, com a portaria 38, da SEAP, o setor laticinista obteve uma vitória expressiva, ao conseguir a liberdade de preços para o leite extra-quota. Contudo, segundo especialistas do setor, o preço que deverá prevalecer no mercado para a produção acima da quota será aquele ditado pelo sistema cooperativista que, juntamente com a Nestlé, absorve 35% do leite produzido no país. A Nestlé, isoladamente, transforma cerca de 0,9 bilhão de litros/ano (9% da produção nacional) e tem atuação em Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Aliás, tanto o sistema cooperativista, quanto a Nestlé, têm-se posicionado favoravelmente à manutenção da atual política de preços remuneradores ao produtor, divergindo da posição generalizada das demais indústrias laticinistas. Neste sentido, os produtores não cooperativados e os sem vínculo com a Nestlé serão os mais sacrificados em relação à produção extra-quota.

Na verdade, nesta entressafra, o preço da tabela oficial vem sendo sustentado pelo sistema cooperativista. Isto porque, de um modo geral, o maior volume de leite recebido pelas cooperativas provém de produtores que o entregam, habitualmente, às indústrias laticinistas, cuja recusa no recebimento resulta na redução da produção de derivados, em face do acúmulo de estoques. A retração no recebimento de leite industrial traz embutido, também, o objetivo de evitar que o produtor estabeleça uma quota elevada, o que contribui para aumentar a proporção do leite extra-quota cujo preço, na safra, será estabelecido pelas partes envolvidas.

Aparentemente, Minas Gerais foi o estado que melhor respondeu aos estímulos de preços, que passaram a vigorar no primeiro semestre de 1981, com um aumento de 34% na produção, em relação a igual período do ano passado. Este resultado, no entanto, não deve ser considerado como um progresso na produção leiteira do estado, uma vez que os 1,2 bilhão de litros produzidos, nos seis primeiros meses deste ano (ver Quadro 1), equivalem à produção de igual período de 1979 e de 1978. Um outro ponto a ser destacado é que, nas regiões leiteiras tradicionais, o aumento de produção foi pequeno. A carga maior de expansão da produção tem provindo das regiões de pecuária de corte e mista, como Teófilo Ottoni e Governador Valadares, que estão produzindo cerca de 100 mil e 70 mil litros/dia, respectivamente, isto é, o dobro do que produziam no ano passado. Apesar dessas peculiaridades, há fortes indícios de que a produção mineira de leite será recorde no corrente ano. De um certo modo, essa determinação dos pecuaristas mineiros já estava programada com antecedência. O "Acompanhamento Conjuntural do Subsetor Pecuária", da CEPA-MG, revela esse fato, quando se refere ao número de nascimentos no final do segundo trimestre, nas propriedades mais tecnificadas. Nesses estabelecimentos, como resultado do maior controle das coberturas, nasceram mais bezerros, objetivando expandir a produção de leite no período de formação da quota (julho a setembro). Por outro lado, o aumento do preço do leite tem acarretado uma expansão desordenada dos nascimentos em muitas regiões do estado, tornando-se motivo de preocupação dos técnicos do governo, pelos malefícios, de médio e longo prazos, que a interrupção do processo de melhoria genética do rebanho acarreta.

Em São Paulo, o volume de leite fluido distribuído na Grande São Paulo pelas seis maiores empresas do setor*, no primeiro semestre de 1981, foi de 314,4 milhões de litros, 9,3% superior ao do mesmo período do ano passado (ver Quadro 2). Similarmente ao ocorrido em Minas Gerais, esse volume representa uma retomada do mesmo ritmo de produção de 1979.

No Rio Grande do Sul, a produção de leite nos três primeiros meses do corrente ano mostrou um crescimento significativo, em relação ao primeiro trimestre de 1980. No entanto, a partir de abril, os dados de produção já se equivaliam, revelando uma tendência de nivelamento com a produção do ano passado. No acumulado, a produção gaúcha do primeiro semestre foi de 464,4 milhões de litros (ver Quadro 3), 8,4% a mais do que em igual período de 1980, ano em que a oferta de leite foi considerada normal.

* Leite Paulista, União, Leco, Vigor, Alves de Azevedo e Flor da Nata.

QUADRO 1

MINAS GERAIS – Produção Mensal de Leite – Primeiros Semestres de 1980 e 1981

Ano / Mês	1980 (l)	1981 (l)
Janeiro	193.537.514	220.809.232
Fevereiro	175.761.733	216.483.116
Março	183.718.390	217.866.098
Abril	174.923.926	199.368.358
Maio	172.214.358	187.910.324
Junho	142.642.162	164.906.471
Total	900.155.921	1.207.343.599

FONTE: SERPA/APC/CEPA-MG.

Para a próxima safra leiteira, a perseverança dos produtores em manter um ritmo satisfatório de expansão da produção dependerá, de um lado, da manutenção do poder remunerativo dos preços do produto. De outro, do comportamento dos preços do leite extra-quota, que, uma vez liberados, poderão ser aviltados em determinadas áreas não cooperativadas. Nesse caso, será mais prejudicado o produtor das regiões não tradicionais, cujo leite provém, em sua maioria, de gado misto. O resultado poderá ser o retraimento na ordenha do leite nessas regiões, o que possibilitará uma melhor alimentação do bezerro, que, nesse primeiro semestre, parece ter sido severamente sacrificado. O processo de recuperação dos preços da carne, característico dos meses de entressafra, se não for rapidamente interrompido, sinalizará a decisão a ser tomada pelo pecuarista de gado misto.

O ponto fundamental, no entanto, para a manutenção de preços remuneradores ao produtor, será função da superação da crise geral da economia. Isto porque, na realidade, os números relativos à

QUADRO 2

GRANDE SÃO PAULO – Distribuição Mensal de Leite – Primeiros Semestres de 1980 e 1981

Mês	1980 Leite B (1.000 l)	1980 Total (1.000 l)	1980 Leite B (%)	1981 Leite B (1.000 l)	1981 Total (1.000 l)	1981 Leite B (%)
Janeiro	18.761	55.633	33,7	19.426	52.132	37,3
Fevereiro	17.651	42.284	41,2	17.300	49.457	35,0
Março	20.698	48.623	42,6	18.914	54.395	34,8
Abril	18.295	44.012	41,6	18.905	52.011	36,3
Maio	16.918	49.179	34,4	18.101	54.617	33,1
Junho	17.695	47.877	37,0	18.101	51.826	33,0
Total	110.018	287.608	38,3	110.747	314.438	35,2

FONTE: SUNAB.

produção leiteira no primeiro semestre de 1981 não expressam uma expansão de produção, mas uma retomada dos níveis de 1979, uma vez que a produção de 1980 foi atipicamente baixa. Além disso, vale observar que o aumento da oferta de leite fluido em alguns centros urbanos, neste primeiro semestre, resultou da queda na produção e no consumo de queijos e derivados. Deve ser destacado, também, que as condições desfavoráveis das pastagens, em São Paulo e no Sul do país, regiões severamente castigadas pelas geadas, deverão influenciar negativamente a produção leiteira, até o começo das chuvas.

No âmbito específico do leite fluido, o consumo, que, logo após o último aumento de preço (16 de junho) declinou cerca de 10% em algumas capitais, vem retomando os níveis normais de anos anteriores. A recuperação do mercado deve-se não só à correção salarial dos meses subseqüentes mas, também, à absorção natural, pela população, das altas de preços de produtos essenciais.

No Brasil, o consumo do leite fluido situa-se em patamar muito baixo, mesmo nos segmentos mais abastados da população. A causa desse déficit alimentar específico, que é compensado pelo maior consumo de leite em pó, reside na desconfiança generalizada quanto à pureza do leite servido à população. Na verdade, a descrença do consumidor procede, não só pela excessiva e variável tipificação oficial do leite mas, também, pelas inúmeras fraudes que ocorrem no produto. Em recente pesquisa*, realizada em São Paulo, técnicos do Setor de Laticínios do Serviço de Inspeção Federal (SIF), constataram a presença de inibidores (antibióticos, quimioterápicos, produtos químicos de higienização) do processo natural de acidificação do leite, numa proporção de 16,11%, nas 602 amostras coletadas nas diferentes fases de beneficiamento do leite B. Diante desses resultados, são os próprios autores que recomendam a oficialização e obrigatoriedade da pesquisa de inibidores na rotina dos trabalhos da Inspeção Federal, como forma de garantir a pureza do leite servido à população. Assim, a recuperação da imagem do produto significará também o resgate do segmento abastado da sociedade para o consumo do leite fluido.

Quanto ao segmento de baixa renda, que padece de um subconsumo crônico, a solução estaria na redução dos custos de produção ou na concessão de subsídios. A distribuição institucional mais intensiva de leite, queijo e outros derivados lácteos, principalmente na merenda escolar, seria uma saída para os altos estoques acumulados de produtos laticinistas. A redução de custos, embora de difícil consecução nesses tempos de alta permanente dos preços dos insumos, poderia ser viabilizada pela maior especialização do rebanho bovino.

* Pesquisa de Inibidores no Leite Tipo "B", Distribuído ao Consumo da Grande São Paulo — Vera Regina Monteiro de Barros e Elza Maria do Carmo Perches - São Paulo, julho de 1981.

QUADRO 3

RIO GRANDE DO SUL — Produção Mensal de Leite — Primeiros Semestres de 1980 e 1981
(1.000 l)

Mês	1980	1981
Janeiro	92.296	106.913
Fevereiro	78.992	82.989
Março	77.923	82.111
Abril	63.758	63.420
Maio	59.109	64.150
Junho	56.336	64.815
Total	428.336	464.398

FONTE: CEPA-RS.

SUINOCULTURA

A ATUAL FASE DE PREÇOS BAIXOS DA CARNE BOVINA E OS PREÇOS FAVORÁVEIS DA CARNE DE AVES PODERÃO ACARRETAR DIFICULDADES DE COLOCAÇÃO NO MERCADO, PARA A CARNE SUÍNA, EM 1982. ISTO PROVOCARÁ A NECESSIDADE DE CONSTITUIR ESTOQUES OU DE REATIVAR AS EXPORTAÇÕES, SENDO ESTA ÚLTIMA ALTERNATIVA, DE DIFÍCIL CONSECUÇÃO.

Com um rebanho estimado em 38 milhões de cabeças, no início deste ano (cerca de 40% do qual concentrado na região Sul), a suinocultura encontra-se, ainda hoje, caracterizada como atividade de baixo padrão tecnológico. A lenta evolução do desfrute do rebanho, assim como a participação minoritária, até há pouco, dos abates fiscalizados no total dos abates, são parâmetros eficazes para a mensuração do atraso tecnológico em que se encontra a atividade (em países de tecnologia suinícola avançada, como a Dinamarca e a Alemanha, o desfrute, em 1980, foi de 152% e 169%, respectivamente). Naturalmente, os abates clandestinos mantêm comprometida a qualidade desta carne, prejudicando-lhe a expansão do consumo. Por esta razão, entre outras, a atividade suinícola vem perdendo para a avicultura o primeiro lugar em termos de substituição à carne bovina.

Neste quadro extremamente desfavorável, a saída que resta, ao suinocultor brasileiro, é proceder ao maior abate de matrizes e reprodutores em épocas de crise, gerando a descapitalização do produtor, num círculo vicioso que pode ser visualizado nos Quadros 1 e 2.

Desde meados de 1980, os suinocultores estão envolvidos numa crise que só deverá dar sinais de arrefecimento a partir do final do ano. Explicá-la tão somente a partir da baixa cíclica do setor pecuário não é suficiente, pois equivaleria a ignorar as peculiaridades da suinocultura, segmento precariamente organizado.

De acordo com o Gráfico 1, de meados do ano passado, até a entrada da última safra de milho, o preço relativo suíno/milho, no Paraná e em Santa Catarina, sofreu erosão acentuada, atingindo níveis bastante inferiores a 6,0*. A partir de março/abril, no entanto, a queda das cotações do cereal, resultante da entrada da nova safra, favoreceu a engorda dos animais (principalmente no Paraná, em face de sua maior produção de milho), a despeito de os preços recebidos pelos suinocultores dos dois estados terem apresentado, de junho de 1980 a junho deste ano, uma queda real acumulada da ordem de 35%, no Paraná, e de 37%, em Santa Catarina.

O gráfico 2, por sua vez, mostra que o preço real recebido pelos suinocultores catarinenses vem-

* Considera-se, usualmente, que um índice inferior a 6, no preço relativo suíno/milho, representa prejuízo para o suinocultor.

QUADRO 1

*BRASIL: SUÍNOS – Rebanho *(1.000 Cabeças), Abate (1.000 Cabeças), Desfrute (%) e Produção de Carne (1.000 t) – Média 1972/76 a 1980*

Item	Média 1972/76	1977	1978	1979	1980
Rebanho	38.960,0	36.800	37.600	36.000	36.800
Abate	13.130,0	15.000	17.000	15.800	17.700
Desfrute	34,0	41	45	44	48
Produção de carne	722,6	834	850	900	1.050

*em 1º de janeiro de cada ano.
FONTE: USDA.

se depreciando sensivelmente, desde junho do ano passado. Além disso, demonstra que a relação de preços suíno/milho, naquele estado, apresenta-se desfavorável à atividade suinícola (à exceção do mês de abril deste ano, quando alcançou 6,89).

Em que pesem os fatores estruturais que prejudicam o desenvolvimento da suinocultura, não resta dúvida que a atual crise prende-se, especialmente, não apenas ao ciclo pecuário brasileiro, como, também, ao estado inflacionário da economia, que afeta o consumo desta carne, já situado em nível insatisfatório.

Evidentemente, a carne bovina continua a ocupar o lugar de destaque no cenário pecuário do país, não só em razão de um maior volume produzido mas também em função da preferência dos consumidores por este alimento. Desta forma, num momento em que os preços reais da carne bovina, no varejo, sofrem um decréscimo, é natural que ocorra uma alteração na composição do

QUADRO 2

BRASIL: SUÍNOS – Abates sob Inspeção e Abates Totais (Cabeças) – Média 1972/76 a 1980

Ano	Abates Totais (a)	Abates SIF (b)	b/a (%)
Média 1972/76	13.130.000	6.238.596	48
1977	15.000.000	5.788.340	39
1978	17.000.000	6.740.917	40
1979	15.800.000	7.547.964	48
1980	17.700.000	8.855.176	50

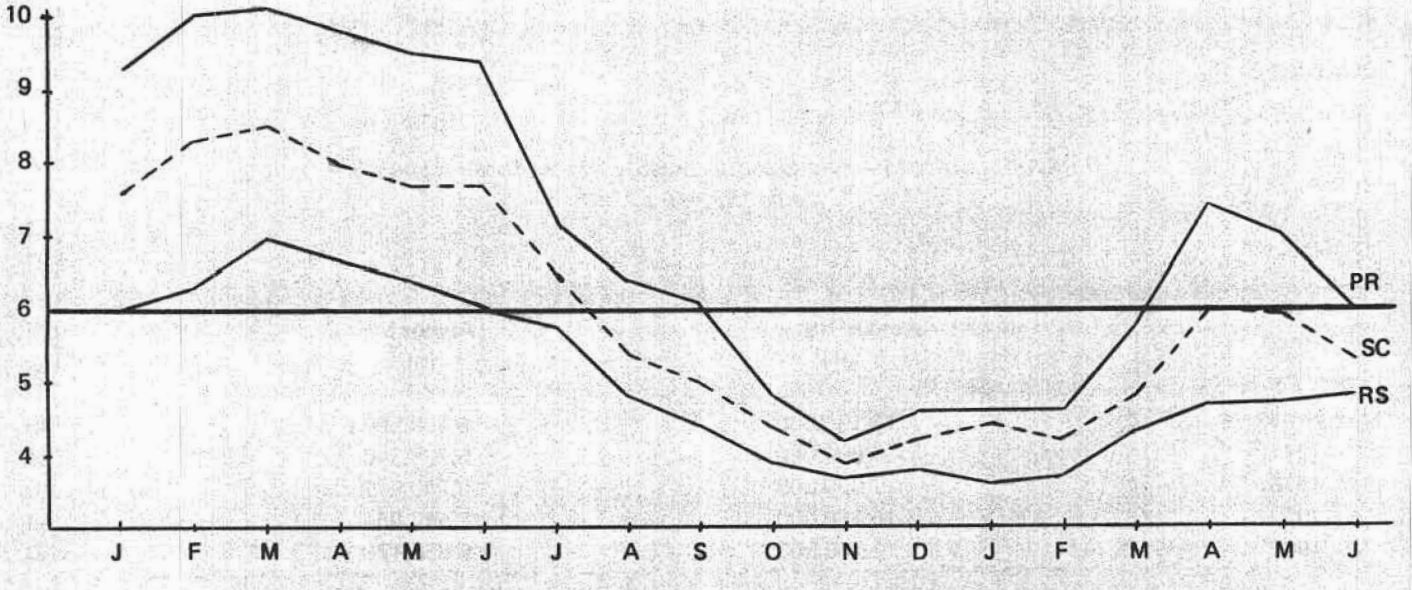
FONTES: SNAD/SIPA e USDA.

consumo de carnes em geral, retraindo-se a demanda por carnes substitutas. O Gráfico 3 mostra que o preço real da carne suína no varejo de São Paulo vem-se mantendo em níveis bastante próximos aos da carne bovina, a despeito da violenta queda observada nos preços reais recebidos pelos produtores de suínos. De fato, entre março de 1980 e março deste ano, a relação de preços carne suína/carne bovina no varejo daquela cidade pouco se distanciou da unidade, chegando a ultrapassá-la em alguns meses, mas mantendo uma média de 0,98, no período. Salta aos olhos, no mesmo Gráfico, o singular distanciamento entre os preços recebidos pelos produtores e o preço final pago pelos consumidores, no caso do mercado suinícola. Em fevereiro último, tal margem de comercialização chegou a atingir 166%, enquanto que, no caso da carne bovina, o máximo alcançado foi 82%, em março passado. A larga industrialização da carne suína, a excessiva intermediação e uma estrutura de produção onde predominam pequenos criadores independentes explicam estes elevados percentuais, de grande responsabilidade pelo ainda pequeno consumo *per capita* de carne de porco.

Até que ponto este quadro irá afetar o desempenho da suinocultura nos próximos meses, permanece a questão mais importante. Três elementos afetarão o mercado suinícola, até o final do ano: a disponibilidade de milho, a evolução do mercado de bovinos e os preços recebidos pelo suíno para corte. A estes fatores alia-se a evolução observada, até o momento, no abate dos animais, termômetro das expectativas dos criadores quanto ao futuro.

Durante o primeiro semestre deste ano, em que pese a relação média suíno/milho ter sido desfavorável em todos os estados do Sul, os abates, nesta região, mantiveram ritmo normal (segundo as Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, em torno de 5,1 milhões de cabeças), embora seja provável que a participação de matrizes no total de cabeças abatidas tenha aumentado, como normalmente ocorre em épocas de aperto financeiro dos suinocultores. Este fato, aliado à entressafra de carne bovina, certamente significará certa recuperação das cotações do suíno para cor-

SANTA CATARINA, PARANÁ e RIO GRANDE DO SUL — Preços Relativos Suíno/Milho
Janeiro/80 a Junho/81



FONTES: SEAG/DERAL (PR) e CEA (SC e RS).

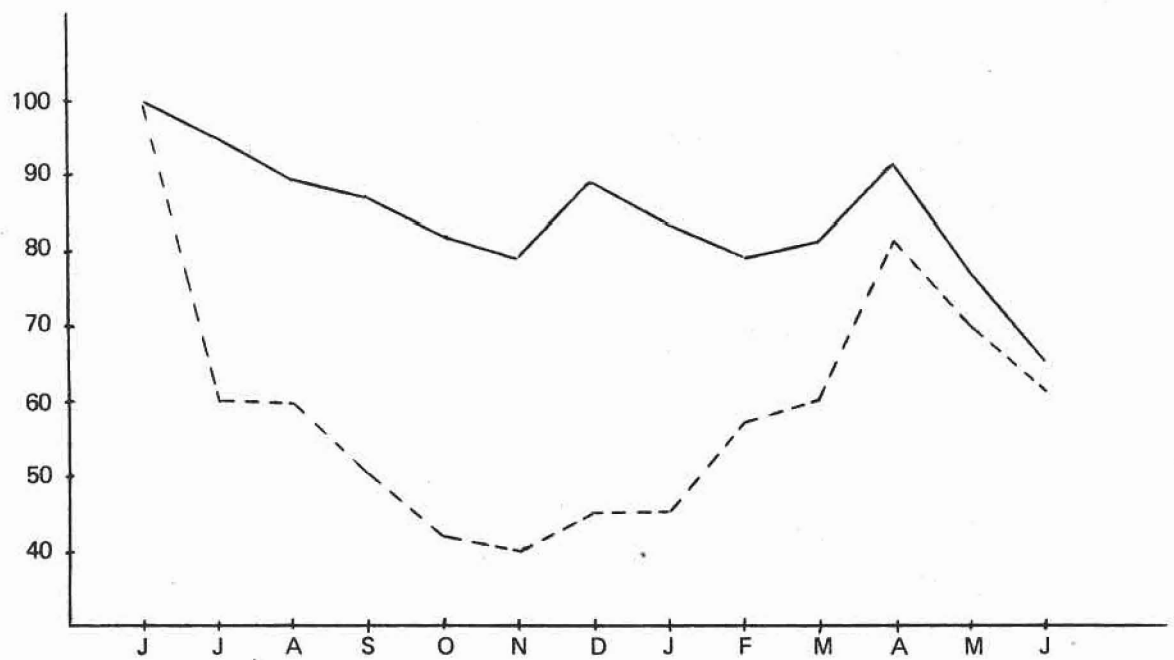
te no final do ano, empurradas, também, pela maior demanda que geralmente se verifica por ocasião das festas de fim de ano.

Pode-se esperar, também, que a relativa abundância de milho (ditada pelo crescimento da produção do cereal e pela desaceleração do crescimento da avicultura) ofereça um certo respaldo à criação de suínos, compensando a expectativa de que a baixa do ciclo pecuário continue a ditar as normas do mercado de carnes, influenciando negativamente a suinocultura. Desta forma, o preço relativo suíno/milho não deverá apresentar variações acentuadas ainda este ano, mas, certamente, traduzirá uma margem que permitirá, cada vez mais, a permanência, na atividade, somente dos criadores tradicionais, além, naturalmente, dos integrados às grandes indústrias. Vale lembrar que, em Santa Catarina, a integração responde por 46% dos abates estaduais sob inspeção federal.

Este ano, o abate nacional inspecionado de suínos deverá manter-se em torno de 9,2 milhões de cabeças que, adicionadas ao abate clandestino, poderão gerar uma oferta de 1,15 milhão de t de carne de porco, considerando-se um peso médio de carcaça de 62 kg. Tal oferta, somada às 2,25 milhões de t de carne bovina e a 1,3 milhão de t de carne de aves, significará uma oferta global de carnes da ordem de 4,7 milhões de t.

Uma vez que a carne bovina passa por uma fase de baixa de seus preços reais, e a carne de aves sempre está mais ao alcance do poder de compra da população do que a de suínos, é possível prever que um percentual significativo da carne suína produzida não encontrará mercado, o que implicará formação de estoques por parte do governo, ou necessidade de reativar as exportações. Esta última iniciativa, a despeito da recente inclusão da carne suína no programa de financiamento à produção para exportação, por parte do Conselho Monetário Nacional, deve ser encarada como medida de médio a longo prazo: as nuanças do mercado internacional, a provável gravosidade do nosso produto e os próprios trâmites burocráticos, surgem como entraves para que as vendas ao exterior possam ser tomadas, de pronto, como solução.

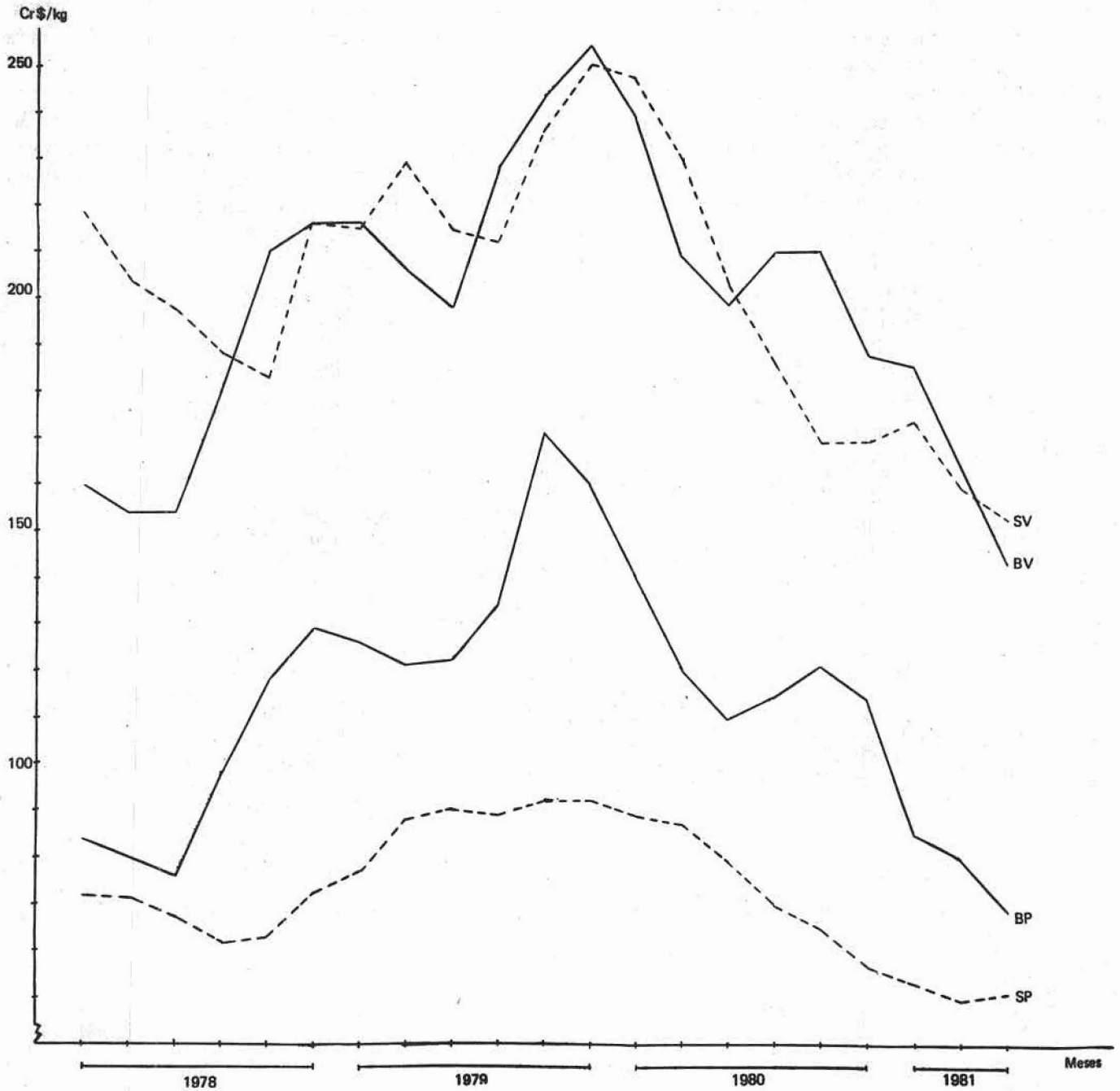
SANTA CATARINA: Evolução Mensal dos Índices de Preços Reais Recebidos pelo Produtor pelo kg de Suínos (—) e da Relação Suíno/Milho (- - -) — Junho/80 a Junho/81 (Junho/80 = 100)



FONTE: CEPA/SC.

GRÁFICO 3

*SÃO PAULO – Evolução dos Preços Reais*Bimestrais Recebidos pelos Produtores de Suíno Gordo Tipo Carne (SP) da Carne Suína no Varejo (SV), do Boi Gordo ao Produtor (BP) e da Carne Bovina no Varejo (BV) (Janeiro/78 a Junho/81)*



FONTE: IEA/SP.

* Valores corrigidos pelo IGP, col. 2 de Conjuntura Econômica, para fevereiro de 1981.

Por sua vez, o recente reajuste do preço mínimo do suíno vivo para Cr$ 62,00/kg posto granja e Cr$ 65,00/kg posto frigorífico não deverá estimular o mercado, uma vez que já se encontra, atualmente, bastante defasado em relação aos custos de produção (por vezes, não cobrindo nem mesmo os custos variáveis), defasagem esta que só tenderá a aumentar até o final de outubro (ver Quadro 3).

Considerando-se que a gestação de uma matriz suinícola demora cerca de três meses, e que o preparo de um animal tipo carne leva de cinco a seis meses, pode-se prever que um provável maior abate de matrizes este ano contribuirá para afetar a oferta de animais terminados a partir do segundo semestre do ano que vem (ou seja, simultaneamente à entressafra de carne bovina) elevando os preços.

No entanto, esta reativação sazonal do mercado de suínos, no final do ano, não deverá ser suficiente para reanimar o mercado de uma forma que favoreça o crescimento desta atividade exploratória em níveis elevados. Isto leva a crer que, em 1982, a suinocultura brasileira ainda deverá enfrentar problemas na relação de preços recebidos ***versus*** custos de produção, apesar da já mencionada disponibilidade de milho. Na verdade, a concorrência das carnes bovina e avícola, aliada à desestruturação do próprio mercado de suínos e aos altos preços que esta carne normalmente atinge no varejo, continuarão a emperrar a ampliação do seu consumo.

QUADRO 3

BRASIL: SUÍNOS – Comparação de Diferentes Custos de Produção (Cr$/kg) com o Preço Mínimo em Vigor (Cr$/kg) até 31.10.81 para o Suíno Vivo posto Granja

Fonte	Custo de Produção		Preço Mínimo (b)	a/b
	Total (a)	Variável		
CFP (para julho de 1981)	71,98	61,90	62,00	1,16
SEAG/DERAL* (para junho de 1981)	72,95	62,54	62,00	1,18
CEPA/SC** (para julho de 1981)	77,60	70,12	62,00	1,25
ACSRS*** (para junho de 1981)	80,48	73,47	62,00	1,30

* Sec. Agricultura Estado do Paraná (considerou-se a hipótese de pequena propriedade com utilização de milho próprio).
** Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina.
*** Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Antônio Carlos Lemgruber



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL